

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

PRISCILA SCHETTINO

TRAJETÓRIAS URBANAS
A EXPERIÊNCIA DE CLASSE NA CIDADE CAPITALISTA

JUIZ DE FORA
SETEMBRO/2007

PRISCILA SCHETTINO

**TRAJETÓRIAS URBANAS:
A EXPERIÊNCIA DE CLASSE NA CIDADE CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Linha de Pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais, como requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientador: Maria Aparecida Tardin Cassab

Co- Orientador: Luiz Cláudio Ribeiro

JUIZ DE FORA

2007

Agradecimentos

O contato com professores, alunos e funcionários da Faculdade de Serviço Social da UFJF me trouxe além de conhecimento, experiências de amizade que acredito não encerrar com o fim deste curso. Neste pequeno espaço não é possível nomear todos, mas cito alguns como forma singela de agradecimento:

Agradeço de forma especial a minha orientadora, Cida, pelo conhecimento repassado, o afeto e principalmente por acreditar no meu trabalho.

Agradeço ao meu co-orientador, Luiz Cláudio, pela atenção, paciência e música sempre dispensadas nestes anos de parceria.

Agradeço afetuosamente a três colegas professoras que tiveram grande importância no meu processo de formação acadêmica: Carina Moljo, Elizete Menegat e Rosângela Batistone.

Agradeço a todos os entrevistados dessa pesquisa que gentilmente dispuseram suas histórias de vida para que esse estudo se concretizasse.

Agradeço a minha tia Adriana e aos meus primos Jussara e Beto pela ajuda na formatação de dissertação.

Nos anos que se passaram muitas foram as dúvidas, as incertezas e as alegrias. Ao recordar essas horas lembro do carinho da minha mãe, do apoio incondicional do meu irmão e da companhia dos meus queridos amigos.

Agradeço de forma maior a Deus que me permitiu conviver com essas pessoas e viver esses momentos.

Enfim, obrigada a todos vocês que são parte da minha história!

RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre a experiência de classe dos trabalhadores na cidade capitalista e apresenta principalmente as implicações dessa experiência urbana para a identificação de classe na contemporaneidade. Este estudo visa contribuir com o campo de Serviço social no que se refere á percepção das práticas sociais dos trabalhadores a fim de melhor conhecer o público-alvo das ações desenvolvidas no exercício profissional. Para tanto, foi feita uma pesquisa de campo na zona Oeste do município de juiz de Fora, Minas Gerais, nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 com moradores da região. Como resultado deste trabalho aponta-se a percepção da experiência urbana dos trabalhadores e a sinalização da atual luta de classes como sendo a disputa pela cidade.

Palavra-chefe: Classe Social. Experiência. Espaço Social

ABSTRACT

The present dissertation is a study on the experience of social class of the workers in the capitalist city and mainly presents the implications of this urban experience for the identification of social class in the contemporary. This study it aims at to contribute with the field of social work in that if it relates to the perception of practical the social ones of the workers in order to know better the main-public of the actions developed in the professional exercise. For this, was made a research in the west zone of Juiz de Fora city, Minas Gerais, during the months of january and february, 2007 with the region inhabitants. Noticed the workers urban experience perception and signalization of the actual social class fight like a dispute for the city.

Keywords: Social Class. Experience. Social Space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – AS VIVÊNCIAS DOS INDIVÍDUOS	
1.1 – Nota Metodológica	
1.1.1 – O método no pensamento materialista	19
1.1.2 – Metodologia e técnicas utilizadas	21
1.2 – O Espaço das Vivências	26
1.3 – Seis Histórias no Tempo	31
1.3.1 – Moradores Iniciais	
<i>A ocupação: os alemães</i>	<i>32</i>
<i>Na busca por uma outra história.....</i>	<i>33</i>
<i>Uma história marcada pela cor: os negros.....</i>	<i>34</i>
1.3.2 – Moradores Recentes	
<i>Propriedade e segurança.....</i>	<i>37</i>
<i>Mobilidade espacial.....</i>	<i>38</i>
<i>Proprietários X Invasores</i>	<i>39</i>
CAPÍTULO II – AS CLASSES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA	
2.1 – Classe social e Propriedade	42
2.2 – Segregação Sócio-espacial: Delimitações	52
<i>Propriedade.....</i>	<i>53</i>
<i>Raça</i>	<i>56</i>
<i>Trabalho e educação.....</i>	<i>58</i>
2.3 – Estado e Organização do Território no Cotidiano	65
2.4 – O Mercado de Terras e a Estruturação Urbana: a Construção da Cidade	71
CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DE CLASSE	
3.1 – A Cidade como Materialização das Desigualdades	85
3.2 – Unidade e Diversidade na Experiência de Classe	89

CONSIDERAÇÕES FINAIS98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Público alvo das intervenções do Serviço Social	9
Tabela 2 – Conseqüências das intervenções na realidade sobre a qual atua.....	9
Tabela 3 – Rendimento do responsável pelo domicílio.....	29
Tabela 4 – Valores dos metros quadrados em dezembro de 1991, atualizados para dezembro de 2005, valor em dezembro de 2005 e relação entre os valores para as áreas consideradas	73
Tabela 5 – Números de domicílios com água encanada, com coleta de lixo, número de domicílios total, renda per capita e população por área considerada.....	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 – Mapa das regiões de Juiz de Fora	16
2 – Figura vetores de expansão do município de Juiz de Fora.....	27
3 – Figura aerofoto da região urbana destacando as áreas isótimas delimitadas na Zona Oeste de Juiz de Fora	72
4 – Figura Delimitação da área isótima Caiçaras Zona Oeste de juiz de Fora – MG	75
5 – Aerofoto demonstrando a região urbana Morro do imperador e Martelos (Zona Oeste).....	78

Introdução

O trabalho ora apresentado é um estudo sobre a experiência de classe dos trabalhadores na cidade capitalista e apresenta principalmente as implicações dessa experiência urbana nas trajetórias individuais. Este estudo visa contribuir com o campo do Serviço Social no que se refere à percepção das práticas sociais dos trabalhadores a fim de melhor conhecer o público-alvo das ações desenvolvidas no exercício profissional. O conhecimento deste público é necessário porque as percepções realizadas sobre eles muitas das vezes são reificadas e por isso estudar as práticas sociais se constitui em uma tentativa de dar concretude a esses sujeitos atendidos pelos serviços sociais.

O interesse por essa temática advém da participação em estudos anteriores que se iniciaram na graduação por meio da bolsa de Iniciação Científica. Também é válido ressaltar a experiência como assistente social, que apesar de sua curta vivência temporal, foi de grande significância para o amadurecimento e ampliação das questões levantadas por este estudo.

A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a experiência de classe dos trabalhadores é resultado de duas pesquisas realizadas com assistentes sociais do município de Juiz de Fora. Através delas foi possível perceber que a totalidade dos assistentes sociais entrevistados não visualizava os demandantes dos serviços sociais como sendo pertencentes a uma classe e a grande maioria, nem mesmo como pertencentes a um segmento de classe.

A análise dos dados coletados nas pesquisas empíricas permitiu verificar que as demandas que são de caráter coletivo são assumidas pelos profissionais apenas em sua dimensão individual. O que foi possível ser percebido é que os entrevistados identificaram a população receptora de seus serviços a partir do público alvo dos programas desenvolvidos, sendo estes os portadores de HIV, as crianças e mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, família, presidiários, funcionários da instituição etc. Respostas que caem na generalidade ou na total especificidade, demonstrando a circunscrição das demandas à esfera privada, exclusiva de cada indivíduo, que é identificado pela situação de vulnerabilidade em que vive quando atendido na rede sócio-assistencial.

Tabela 1 - Público alvo das intervenções do Serviço Social

População de rua	10,00 %
População excluída	10,00 %
Famílias em situação de insegurança alimentar	3,33 %
Portadores de HIV	3,33 %
Idosos	10,00 %
Crianças e família	10,00 %
Adolescentes e família	10,0 %
Criança, adolescente e família	26,66 %
Adolescentes do sexo feminino e família	6,66 %
Crianças portadoras de necessidades especiais	3,33 %
Vítimas de violência doméstica	3,33 %
Adultos portadores de deficiência	3,33 %

Fonte: O Trabalho do Assistente Social na Esfera Pública: Natureza, Atribuições e Particularidades/ 2005.

Nessa mesma linha de raciocínio, as pesquisas buscaram avaliar qual o entendimento da ação da política em relação às práticas sociais. A maioria das respostas dimensionou esses impactos na esfera da vida privada dos usuários, referindo-se à elevação da auto-estima, modificação de comportamento, conscientização e autonomia dos usuários. Este tipo de percepção situa a prestação de serviços das políticas sociais como uma resposta às demandas individuais, desvinculando-as dos objetivos da própria política, pois indica um modo de pensar a política que em sua raiz a esvazia de seus conteúdos de organização e gestão do território pela esfera pública.

Tabela 5 - Conseqüências das intervenções na realidade sobre a qual atua

Mobilização popular	4,25 %
Modificação de comportamento	10,63 %
Autonomia do usuário	4,25 %
Reforço da cidadania	14,89 %
Conscientização do usuário	14,89 %
Elevação da auto-estima	17,02 %
Garantia de bens e serviços	10,63 %
Inclusão social	8,51 %
Melhoria da qualidade de vida	10,63 %
Dificuldade na visualização dos impactos	4,25 %

Fonte: O Trabalho do Assistente Social na Esfera Pública: Natureza, Atribuições e Particularidades/ 2005.

Como conseqüência, as atividades desenvolvidas no trabalho da política demonstram a precedência de ações que recaem sobre os indivíduos, de maneira que os objetivos da política parecem se desmanchar na multiplicidade dos casos individuais. Da mesma forma, os objetivos profissionais são mimetizados dos definidos pelos programas e sua materialização está circunscrita à atuação individualizada, reprivatizando a política na reprodução das relações sociais.

Os objetivos profissionais, ao serem identificados com os objetivos definidos pelos programas, acabam por reproduzir a focalização das atuais políticas no público atendido e com isso se enfraquece a dimensão política do fazer profissional.

Diante desses resultados, a pesquisa se iniciou com percepções na literatura da profissão a fim de localizar as formulações que vêm sendo feitas sobre o tema. Para a construção desse estado da arte foram consultados os exemplares da Revista Serviço Social e Sociedade a partir do ano de 1990, os anais do ENPESS (2002 e 2004) e na literatura do Serviço Social que trata do assunto.

A primeira observação a se registrar é que a profissão detém um grande acervo no que diz respeito ao conhecimento das políticas sociais, entretanto, verifica-se que há poucos trabalhos de investigação da população usuária desses serviços, condição já assinalada por lamamoto: “Flagrante é a carência de pesquisas sobre o que tradicionalmente se qualifica de ‘clientela’ do Serviço Social” (lamamoto, 2003, p. 246).

Foi possível encontrar, principalmente nos anais, estudos sobre a caracterização dos usuários, mas estes trabalhos não atenderam aos interesses deste levantamento por não investirem na tentativa de explicitar o lugar social destes usuários, isto é, o lugar de classe. Os trabalhos encontrados se prendem às condições dos usuários. Assim trazem bastantes informações a respeito de moradia, dos membros que compõem a família do usuário atendido e principalmente ao que se refere à renda destes. Mesmo com as informações oriundas do levantamento, não é feito um trabalho de interpretação e articulação teórica dessas informações, isto é, de tentar definir esse público dentro do pensamento social. Uma hipótese explicativa para essa dificuldade pode estar no fato de estes trabalhos serem principalmente a sistematização do exercício profissional e como este, muitas das vezes não passa por tais questionamentos, não é produzida uma questão para o debate nem para a pesquisa.

Sobre as características abarcadas nesses estudos se levanta a hipótese de que se trata de características exigidas na avaliação dos usuários para inclusão nos programas e são assim a sistematização do trabalho realizado nos espaços institucionais.

O levantamento encontrou três trabalhos específicos sobre o tema que correspondem a dois olhares diferenciados sobre a população alvo da intervenção do Serviço Social.

O primeiro olhar diz respeito à identificação deste público como “classes subalternas”. Essa categoria é defendida por autores como Yazbek (1993), que elege “a categoria subalterno, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, (...) escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais” (Yazbek, 1993, p.18). Para a mesma autora, o Serviço Social atua na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade. A exclusão é entendida nos seus trabalhos como exclusão integrativa, referindo-se à exclusão concebida no capitalismo que faz dela parte desse sistema.

A escolha pelas categorias exclusão e subalternidade, segundo a autora, se dá pelo reconhecimento das diferenças internas que possuem as classes subalternas. Tal afirmação nos revela que se trata de mais de uma classe subalterna e que estas possuem diferenças quanto à “situação de privação social, econômica, cultural e política dos usuários dos serviços assistenciais” (Yazbek, 1993, p.67). Nota-se que a preocupação da autora no trabalho analisado é com um público específico, o da política de Assistência Social.

Na busca para saber quem constitui a pobreza brasileira, Yazbek (1993) depara-se com a questão de como reconhecer esses sujeitos que vivenciam a pobreza nas relações sociais de classe. Diante dessa questão, a autora pondera que a condição de operário não se afirma na sociedade atual com tanta força explicativa, pois a impossibilidade de muitos trabalhadores colocarem sua força de trabalho no mercado, acarreta na redução e indefinição da identidade de classe.

Ainda a respeito do público com o qual o Serviço Social atua são encontradas definições nos trabalhos de Marina Maciel Abreu. Para Abreu (1996), a “prática” profissional consiste em uma atuação pedagógica junto às classes subalternas. É também com base na obra do marxista italiano Antônio Gramsci que Abreu afirma a existência das “classes fundamentais” na sociedade. Isto quer dizer, as classes

dotadas de capacidade de exercer a “hegemonia”, sendo elas a “classe dominante” e a “subalterna”.

Um outro grupo de intelectuais do Serviço Social vai localizar a população usuária dos programas de proteção social com o auxílio da escola francesa que trabalha com a categoria de desfiliação. Seguindo o pensamento de autores como Castel, os atuais usuários dos programas de proteção social são identificados como “desfiliaados” do jogo social e econômico, processo que é intensificado com o fim da sociedade salarial.

Na visão de Castel (1998), a crise produtiva que emerge nos anos 90 impõe a necessidade de uma nova forma de organização do modelo de produção. Essa reorganização se apóia principalmente na flexibilização das relações de trabalho, levando à terceirização e à subcontratação – fenômenos também conhecidos como flexibilização externa e interna. Castel (1998) considera que a “nova questão social” se fundamenta justamente na instabilidade e precariedade dos empregos, na vulnerabilidade e precariedade das famílias e dos indivíduos e no maciço desemprego oriundo desse processo de flexibilização. A nova questão social, em sua análise, é entendida a partir do enfraquecimento da condição salarial e da estabilidade existente no período anterior. É nesse processo que se estabelece a vulnerabilidade e que produz o desemprego e a desfiliação.

O desemprego é entendido como algo além do “não trabalho”. O autor considera que uma sociedade não pode ser constituída por empregos que não estabeleçam uma sociabilidade, ou seja, o trabalho perde seu papel de “grande integrador”, fazendo ressurgir o papel dos “trabalhadores sem trabalho” ou os *supranumerários*. Esses *supranumerários* não são aqueles que já não possuem condições de inserção no mundo do trabalho; ao contrário, são indivíduos potencialmente aptos, em alguns casos qualificados que estão fora do mercado – ainda que exerçam atividades temporárias ocasionalmente – e que têm pouca ou nenhuma chance de inserção nesse mercado. Esse contingente de “inúteis para o mundo” evidencia o “déficit de lugar” na sociedade atual, onde nem todos têm trabalhos socialmente valorizados e de “utilidade social”, ou lugar na sociedade. A característica fundamental desses *supranumerários* é a sua perda de identidade, tanto em relação ao trabalho e à profissão, quanto ao Estado.

No Serviço Social encontramos a pesquisa de Almeida (2000) que assume a

concepção de desfiliações em seu trabalho. A pesquisa realizada pela autora a fim de identificar a “nova” pobreza brasileira configura os usuários dos serviços de proteção social da seguinte forma:

(...) as configurações definidas por esta pesquisa apontam um novo perfil dos atuais usuários dos programas de proteção social cujos traços identificadores consistem em ser estes: mais consistentes e exigentes e pertencentes a todas as classes sociais. Essas configurações vêm comprovar que não são mais os pobres tradicionais, predominantemente, os usuários dos programas sociais, mas aqueles em processo de empobrecimento (Almeida, 2000, p. 48).

Esses usuários aparecem na pesquisa de Almeida como sendo os “novos pobres”. São pessoas que faziam uso do setor privado de serviços e que com o empobrecimento crescente passaram a utilizar os serviços públicos, tornando-se assim novos usuários para os programas de proteção social e também para o Serviço Social.

Sobre a concepção de “novos pobres”, Almeida afirma que:

Como nova pobreza – subentende a existência de um processo de empobrecimento de parcelas da população que não são pobres (...) traduz-se nos momentos de privação temporária. São situações novas que provocam fratura social, desagregando o indivíduo do processo de inclusão na sociedade (Almeida, 2000, p. 47).

A definição de “nova” pobreza tem sua base na “nova” questão social. Entretanto, encontra-se na literatura do Serviço Social um grupo de intelectuais que defendem a não existência de uma “nova” questão social. Para autores como Netto, (2001), a questão social não é nova. Ela se desenvolve na história e por isso se expressa de forma diferenciada a cada estágio do desenvolvimento capitalista. Trata-se de novas “refrações” da questão social, mas a sua gênese – apropriação privada do trabalho coletivo – não sofreu alterações, o que implica na mesma questão social.

Também em relação à existência dos “novos pobres”, pesquisadores do CEM/Cebrap, com base nos dados da PNAD 2004, demonstram as alterações no consumo entre as populações pobres das regiões metropolitanas brasileiras e concluem que não houve diminuição real da desigualdade no Brasil e sim a consolidação de uma pobreza diferente. Diferença essa resultante do aumento do acesso a serviços de infra-estrutura e de mercado por parte dessa população. A

melhoria do padrão de consumo se deve

(...) a um conjunto de transformações estruturais profundas, associadas ao papel das políticas públicas, a variações na estruturas de preço, a mudança no tamanho da família, a transformação do papel da mulher e a maior oferta de crédito (Torres, H. Bichir, R., Carpim, T., 2006, p. 17)

Não foram encontrados no levantamento realizado para esta dissertação, estudos que se preocupassem em qualificar o público como sendo “vulneráveis” ou indivíduos em situação de “risco social”. Uma possível explicação para a não referência dessas categorias talvez seja porque estas são tidas como consenso por parte dos profissionais. Essas categorias são de uso corrente da política e por isso não aparecem como dissenso entre os profissionais que atuam na política pública.

As observações feitas sobre a identificação do público atendido pelo Serviço Social e suas respectivas matrizes teóricas foram feitas brevemente com o intuito de mostrar os estudos que existem sobre tal questão, a dificuldade de se estabelecer uma única definição e a não explicitação dessas referências por parte dos profissionais de Serviço Social.

Evidencia-se uma dificuldade específica do exercício profissional que perpassa a dimensão teórico-metodológica da profissão. O esmaecimento do sujeito coletivo no pensar profissional propicia uma ação que dissocia os usuários da esfera política. Fica evidente que a categoria classe social está sendo entendida no fazer profissional como uma abstração, isto é, uma categoria teórica que não se evidencia na realidade profissional, o que vem gerando um problema de ordem teórica e prática. Cabe pensar, para que essa análise não corra o risco de se tornar reducionista, que essa categoria é trabalhada com bastante ênfase na graduação a partir dos anos 80, exigindo desta problemática uma análise que ultrapasse no seu desenvolver a questão do ensino. Além da questão do ensino e do problema de abstração da categoria como sendo fruto da própria dinâmica societária, que em sua reprodução cria mecanismo de fragmentação da classe, é preciso entender a necessidade de se somarem elementos de análise que contribuam para a identificação da classe trabalhadora.

A relevância da preocupação com as relações de classe nos estudos do Serviço Social é pertinente, pois é nessa relação que se concretiza a questão social. A base de fundamentação do Serviço Social como especialização do trabalho é a

questão social, sendo esta entendida como conjunto de desigualdades presentes na sociedade capitalista madura e que tem como gênese a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo. É no processo de produção que se estabelece a divisão da sociedade em classes e é na classe trabalhadora que a questão social se manifesta.

O Serviço Social, entendido como uma especialização do trabalho coletivo, atua na reprodução da classe trabalhadora no que diz respeito à reprodução material e social. A reprodução da classe se realiza no cotidiano dos diversos sujeitos que a compõem e é no espaço que se cristalizam as relações sociais e a própria acumulação capitalista.

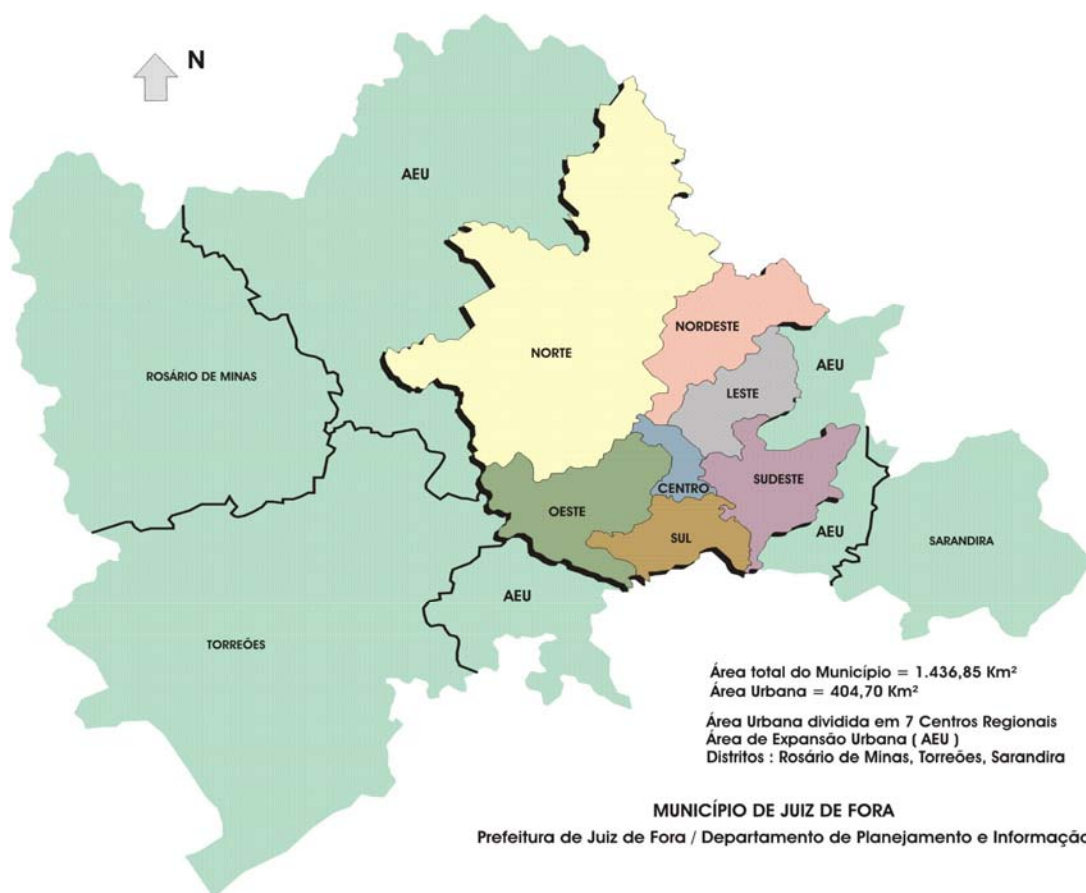
O espaço expressa e configura relações sociais. Ele é mais do que o “palco” das lutas que envolvem as estratégias e alianças das classes. No espaço se concentram as marcas físicas das lutas sociais, a questão social se solidifica e assim ele se torna um elemento fundamental de análise das relações sociais. Lefebvre (1978) afirma que as noções marxistas de superestrutura e outras se tornam mais vivas quando é advertido que na cidade elas se materializam, se encarnam em obras que apresentam e representam a sociedade global. (Lefebvre, 1978). Assim, para esse autor, a cidade projeta sobre o terreno uma totalidade social e por isso a incorporação do espaço nessa totalidade é uma forma de ampliar a visão do todo¹.

Acredita-se, portanto, que a análise da atual experiência de classe dos trabalhadores na cidade revela situações e processos do conflito de classes que possibilita aos profissionais visualizarem com maior propriedade o público-alvo da sua intervenção. Para este estudo, materializar o lugar social dos sujeitos é a pista para identificar a localização do conflito de classes na atualidade. E a consequência dessa identificação para o exercício profissional é a proposta de ações mais concretas que tornem o público-alvo das ações sujeito do trabalho e não objeto da política.

Diante desse entendimento, o presente estudo teve sua pesquisa de campo realizada na Zona Oeste do município de Juiz de Fora, Minas Gerais, nos meses de janeiro e fevereiro de 2007.

¹ Sobre a incorporação do espaço na totalidade social ver Menegat (2005).

MAPA DAS REGIÕES DE JUIZ DE FORA



A escolha da região se deu devido à participação no Projeto “Trabalho Emancipatório com Famílias Vulnerabilizadas: construindo uma nova metodologia” pertencente ao Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude da Universidade Federal de Juiz de Fora. Além do contato com a região Oeste da cidade, este projeto exigiu no seu desenvolvimento um esforço da equipe para enxergar a experiência de classe dos participantes, assim como os condicionantes da obliteração de classe destes. Foi após esse momento que se criou o projeto desta dissertação e por isso a percepção sobre a condição de classe dos entrevistados era evidente, mas se fazia necessário entender melhor essa experiência. Os resultados deste investimento serão apresentados por meio de três capítulos que seguem a lógica descrita a seguir.

O primeiro capítulo, apoiado no método marxista, irá expor a opção metodológica deste estudo e em seguida o recorte espacial da pesquisa. Neste capítulo também serão apresentados os entrevistados e as primeiras categorias

empíricas que se apresentaram a partir dos dados levantados com a pesquisa de campo. No segundo capítulo as questões levantadas na pesquisa de campo serão mais aprofundadas com base em uma literatura referente ao tema espaço social e classes sociais. Nesse momento, o leitor terá uma exposição mais clara a respeito do referencial teórico elegido neste estudo, assim como se espera que haja uma compreensão maior sobre os relatos dos entrevistados descritos no capítulo anterior.

O capítulo três se caracteriza pela tentativa de demonstrar o impacto da vida urbana para os sujeitos sociais e também a problemática da identificação de classe na contemporaneidade. O trabalho se encerra apontando algumas proposições para a busca de alternativas frente às dificuldades encontradas na realização de ações coletivas.

CAPÍTULO I

AS VIVÊNCIAS DOS INDIVÍDUOS

Optou-se neste estudo por apresentar primeiramente os resultados encontrados com o trabalho de campo. Essa escolha se deu na busca de envolver o leitor com o método dialético que prevê primeiramente o trato do fato analisado na sua concretude aparente para em seguida abstraí-lo no plano do pensamento a fim de se aproximar da real essência do fato em questão.

Por isso, o leitor perceberá que em vários momentos será apresentada a experiência dos entrevistados, o aporte teórico e as primeiras conclusões feitas em cada item levantado. Assim, não por coincidência, este primeiro capítulo se concentra nas experiências dos entrevistados e se inicia apresentando os preceitos da metodologia empregada neste estudo.

1.1 – Nota Metodológica

1.1.1- O método no pensamento materialista

O entendimento da totalidade concreta, segundo Kosík (1926), passa pela compreensão que se tem da realidade. Diante de tal esclarecimento se faz necessário indagar sobre o que é a realidade.

Inicialmente é possível constatar que a realidade diz respeito a um conjunto de fatos. Mas não corresponde ao somatório desses fatos; pois ela é um todo dialético e estruturado. Isso significa que os fatos que compõem a realidade se encontram hierarquizados, articulados e são mutáveis. Por isso, agrupar todos os fatos (além de impossível) não representa conhecer a realidade, já que todos os fatos ainda não são a totalidade. (Kosík, 1989).

A compreensão da realidade como dinâmica (em constância de movimento, móvel) leva ao entendimento de que ela está em desenvolvimento, o que nega a noção de realidade como um todo acabado e completo. Essa análise da realidade corresponde ao método dialético que se diferencia do conhecimento “sistemático aditivo”. Para esse último método de conhecimento, a realidade é a aglomeração de fatos, sendo possível ao conhecimento humano apenas o conhecimento abstrato das partes. A referida concepção de realidade contraria os pressupostos do pensamento dialético que busca o conhecimento dos fatos através do “lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real”. (Kosík, 1989, p. 41).

Para o conhecimento dialético da realidade há uma constante re-elaboração

dos conceitos. Estes conceitos não são sistematizados e somados como se estivessem prontos e acabados, pois se trata de um “processo em espiral”, em que a abstratividade é superada ao ser confrontada ao real pela lógica dialética.

A totalidade como processo de compreensão dos fenômenos sociais se torna abstrata caso não a expresse como sendo totalidade de base e superestrutura. Na visão de Kosík (1989), a totalidade abstrata também ocorre quando nessa totalidade de base e superestrutura se retira ou se ignora a presença do homem como sujeito da sua própria história, ou seja, não se enxerga o homem como produtor e reproduzidor da base e da superestrutura. A realidade social é a totalidade das relações sociais, sendo que na produção da realidade social o homem também se recria.

A totalidade abstrata que retira do homem o seu papel de sujeito histórico entende a realidade como um conjunto de estruturas autônomas. O homem, para os estruturalistas, não é o sujeito objetivo que determina a ação, é o sujeito idealizado, conduzido pelo movimento de estruturas autônomas. Neste caso, a realidade não é produzida pelas relações sociais, mas pelas estruturas – os fatos são dados a priori.

Neste ponto de análise se entrecruza **o que é a realidade** com **como se cria a realidade**. Não há dúvidas para Kosík (1989) de que a realidade é criada pela práxis social, através da relação que os homens estabelecem entre si e com os objetos. Henri Lefebvre tem um pensamento semelhante, acredita que toda realidade atingida é produção humana. Segundo este autor, é na relação entre o homem e a natureza que o homem a transforma e também é transformado.

Dessa forma, a concreticidade da totalidade parte do entendimento da realidade social como sendo construída pelos sujeitos. Em um período histórico determinado os sujeitos, através da sua ação, criam possibilidades de alterar a realidade social preexistente, realidade essa, conforme demonstrada anteriormente, também criada pelos homens. Essa possibilidade de transformação, que é dada pelos homens no tempo histórico, evidentemente ocorre no espaço. Mas que espaço é esse?

Alguns pensadores materialistas mencionam de forma implícita o espaço em suas obras, porém, o espaço descrito corresponde muitas vezes ao espaço ideal. Esse espaço foi descrito inicialmente pela metafísica, que o define como categoria do pensamento, retirando sua base real. O espaço é visto como sendo dado a priori,

o que significa a ausência de movimento, ou seja, a constante recriação do espaço pelo homem. A preocupação dos materialistas por muito tempo não se centrou no espaço, pois, se este espaço é ideal, já está dado, não haveria o que pensar sobre ele.

Para o pensamento materialista, a totalidade social é composta pela práxis humana, a relação entre sujeito e objeto e pelo tempo. Entretanto, a ausência da categoria espaço na totalidade social implica numa “orientação metafísica-idealista na percepção da totalidade”. Sugere-se assim para a totalidade social ter base no real, ser verdadeiramente concreta e não uma totalidade abstrata, a incorporação do espaço-temporal como produção humana. Consiste em entender que a relação práxis-sujeito-objeto acontece em meio à sobreposição tempo e espaço. (Menegat, 2005).

O método materialista se inicia a partir da realidade concreta e, através de aproximações sucessivas, reconstrói a realidade no plano do pensamento e novamente retorna a ela, porém, esse retorno se dá com uma compreensão mais abrangente da realidade estudada.

Orientando-se por esse processo metodológico, este estudo parte da apresentação do objeto investigado para construí-lo abstratamente e posteriormente retorna aos dados recolhidos na pesquisa de campo, buscando sintetizar compreensões acerca da realidade analisada.

1.1.2 - Metodologia e técnicas utilizadas

Foram utilizados dois procedimentos, sendo eles: entrevista em profundidade, orientado pelo método biográfico, e o georeferenciamento de informações relevantes para a pesquisa.

As entrevistas tiveram por objetivo levantar as histórias de vida de alguns moradores da região analisada a fim de captar a percepção desses sujeitos sobre o lugar em que moram, conectando seus relatos a suas experiências de classe. O objetivo central deste procedimento foi o de buscar conhecer a inflexão da história coletiva nas trajetórias individuais.

A opção pelas entrevistas se deu devido ao entendimento de que a “busca investigativa vai na direção da compreensão da consciência real que mediatiza as relações sociais, para compreender essas relações sociais como relações

conscientes, legitimamente interpretada pelo próprio agente” (Martins, 2001, p. 26). A entrevista em profundidade foi escolhida por ser uma técnica que permite chegar bem próximo da interpretação dos sujeitos estudados, possibilitando investigar a forma como estes sujeitos vêem e experimentam a questão social, bem como o entendimento que eles possuem sobre esse processo.

A História Oral, também conhecida como Método Biográfico, “é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas” (Alberti, 1989, p.1) para se aproximar do objeto investigado. Este método reúne técnicas de registro de história de vida dos indivíduos, sendo considerado um método qualitativo que também produz fontes de consulta para outros estudos. A História Oral permite, segundo o Laboratório de História Oral da UNICAMP, construir a partir das memórias pessoais “uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social”.

Apropriando-se desse método, a pesquisa procurou, através das histórias de vida dos moradores da região Oeste de Juiz de Fora, traçar o que há de comum para os diversos sujeitos no que se refere à experiência da propriedade. Levantar a história de vida não é investigar a vivência do sujeito isolado, mas conhecer a experiência acumulada historicamente que nos permite traçar elos entre o presente e o passado possibilitando pensar o futuro. O que se investigou é a experiência particular remetida ao coletivo.

O conceito de experiência foi retirado do pensamento de Walter Benjamin (1994). Para o autor, a experiência (*Erfahrung*) se diferencia da vivência (*Erlebnis*) na medida em que a primeira representa o acúmulo histórico, o conhecimento produzido e conscientemente trabalhado. O segundo se refere à vivência do indivíduo solitário, a-histórico, em que os acontecimentos têm seu conteúdo “mutilado”, “localizando-os temporalmente na consciência”. Trata-se de duas diferentes ordens na constituição do sujeito histórico frente à realidade social. (Benjamin, 1994)

Cassab (2001) aponta a não dicotomia desses conceitos – interno e externo – e os identifica como um par em interação dialética, no qual um não tem possibilidade de existência fora do outro. Os conceitos também assumem, na visão da autora, uma dimensão temporal que se articula. Na vivência o tempo é o presente, o imediato, e na experiência é ressaltada a memória como conhecimento, sendo a “presença do mundo na subjetividade do sujeito, conhecimento que o orienta frente

ao novo. É a unidade passado-presente” (Cassab, 2001, p.31).

Usou-se como critério para escolha dos entrevistados a idade. Os entrevistados deveriam ter uma idade superior a 35 anos e terem filhos. Esse critério se justifica pela questão geracional, já que era de interesse da pesquisa coletar histórias de vida que carregassem um corte histórico maior. Em relação ao título da propriedade, esse não foi um critério discriminatório, contudo, foi levada em consideração a diferença existente nos termos posse e propriedade. O termo posse é utilizado, segundo Martignetti (1983), por se referir à manutenção “de fato” de algum objeto em seu poder, independente da legitimação que tenha essa manutenção. Entretanto, a palavra propriedade exprime o direito de posse, mesmo que este não se realize de fato. Isso implica que o uso do termo propriedade traduz uma situação de legitimação pelo direito positivo.

Para localizar os entrevistados que respondessem aos critérios acima citados, foi realizada primeiramente, com o auxílio do mapeamento, a demarcação de áreas de interesse para a pesquisa. As áreas de interesse são aquelas que possuem um quadro maior de “externalidades negativas” que para Torres (2004) se refere aos bairros com alta concentração de pobres. Neles a escola é pior, a possibilidade de acesso ao emprego formal é menor, é menor o número de empregados, diminuindo as redes de relações das pessoas e os moradores dessas localidades estão muito mais expostos a riscos provenientes da falta de infra-estrutura urbana, da instabilidade da propriedade da terra e da violência e violação de direitos. Isso significa que as áreas que coincidem com as moradias da classe média alta foram excluídas do universo da pesquisa. Tal exclusão se fez porque não é de interesse desta pesquisa focalizar suas investigações neste segmento social.

Com a definição das áreas a serem entrevistadas foi feito um contato com moradores dessas regiões. Dos seis entrevistados, três foram localizados por meio de contato com famílias participantes do Projeto “Trabalho Emancipatório com Famílias Vulnerabilizadas: construindo uma nova metodologia”. Os demais foram abordados de maneira informal, sendo que suas escolhas aconteceram num primeiro momento pela região em que habitam e em segundo pela receptividade em prestar depoimento ao pesquisador. Nesse segundo grupo houve mais dificuldade de encontrar depoentes. Acredita-se que a dificuldade tenha ocorrido porque se trata de áreas próprias de invasão recente ou de longa data e por isso muitos preferiram não ser entrevistados. Talvez este também seja o motivo por que todos os

entrevistados estejam morando em propriedades juridicamente regularizadas, descaracterizando formas ilegais de apropriação.

O mapeamento da região apontou para a necessidade de se entrevistar um morador do loteamento da empresa habitacional gerenciada pelo município. A área é analisada por moradores de toda a Região Oeste, principalmente pelos entrevistados, como sendo perigosa e precária, como também é considerada área de “interesse social”² pelo poder municipal.

Nessa área existem dois loteamentos já construídos pela prefeitura e um terceiro encontra-se em fase de construção. Não se encontrou nenhuma família que participasse do “Projeto UFJF-Território de Oportunidades”³ que morasse na localidade. Por isso, o contato com o entrevistado se deu sem referências, através de abordagem espontânea. No bairro Adolfo Vireque, antiga área de “invasão” - pois a maioria das situações foi regularizada pela prefeitura – também se realizou entrevista através de abordagem espontânea.

Assim, foram entrevistados moradores dos seguintes bairros: Adolfo Vireque, Caiçaras, Martelos, São Pedro (dois entrevistados) e Santana.

O roteiro orientador da entrevista foi construído tendo em vista as recomendações do Laboratório de História Oral da UNICAMP (2006) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Incitava os entrevistados a relatarem sobre os seguintes temas, nesta ordem:

1. Composição familiar;
2. Tempo que reside naquela moradia;
3. Casa própria, cedida ou alugada;
4. Imóvel adquirido por herança ou compra
5. Familiares que residem ou já residiram na região;
6. Se há migração por parte do entrevistado no território estudado ou em outros;
7. Percepção de mudanças ao longo do tempo na região;
8. As atividades profissionais que exerceu ao longo da vida;
9. As atividades rotineiras e atividades extras explorando o território;
10. Meios de transportes utilizados;

² Plano Diretor da Cidade de Juiz de Fora ano 2000.

³ Projeto desenvolvido pelo Pólo de Suporte às Políticas de Proteção a família, Infância e Juventude com jovens moradores da região Oeste de Juiz de fora.

11. A presença do Estado no seu bairro e em toda região (Cidade Alta);
12. Qual a opinião/ avaliação sobre o lugar em que reside;
13. Aspecto positivo e negativo da região;
14. Momento de fala livre do entrevistado.

Esse roteiro foi aplicado para todos os entrevistados (seis pessoas do sexo feminino) e teve em média 60 minutos de gravação, sendo o tempo máximo de 90 min e mínimo de 50 min. Realizaram-se seis entrevistas porque, a partir da sexta entrevista, notou-se que os interesses da pesquisa tinham sido alcançados, demonstrando uma saturação das histórias coletas, ou seja, uma recorrência de informações.

A técnica do geoprocessamento foi empregada na confecção de mapas contendo polígonos correspondentes às áreas isótimas criadas pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para determinar o preço do m² do solo e que serve de base para se calcular o IPTU. Além disso, a técnica também auxiliou na construção de tabelas com dados sobre a região, referenciados na coordenação geográfica estabelecida pelas áreas isótimas, como será demonstrado no capítulo II. O geoprocessamento consiste na utilização de técnicas matemáticas e computacionais para tratamento de informações geográficas associadas a dados alfanuméricos (dados tabulares). Dessa forma, permite armazenar, recuperar, integrar, manipular, analisar, e principalmente, associar dados espaciais a um banco de dados alfanumérico. Estes sistemas utilizam dados cartográficos (mapas) e dados alfanuméricos (atributos), associados às coordenadas dos mapas, produzindo informações geográficas que permitem a realização de análises espaciais para a compreensão, apreensão e gestão do espaço geográfico.

1.2 – O Espaço das Vivências

O Universo desta pesquisa compreende a Região Oeste da cidade de Juiz de Fora. A fotografia que será apresentada da região foi confeccionada através de informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Plano Diretor da Cidade de Juiz de Fora.

A cidade de Juiz de Fora foi fundada em 1850 e é considerada atualmente cidade pólo da Zona da Mata Mineira, região que agrega 142 municípios em sete microrregiões. O município tem hoje uma população estimada em 500 mil habitantes destacando-se como a 28ª cidade do Brasil com melhor oferta de empregos, primeira cidade do Estado de Minas Gerais com melhor desempenho na educação e com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) calculado em 0,828 (fonte: FGV – Fundação Getúlio Vargas).

Juiz de Fora tem uma mancha urbana representativa, sendo dividida administrativamente em sete centros regionais. No que diz respeito à caracterização das regiões da cidade nota-se que a região Centro é marcada pela concentração comercial do município e habitada atualmente em sua maioria por segmentos populares. Na região Leste, concentram-se bairros residenciais populares antigos e a região Norte e Nordeste é habitada por trabalhadores, inicialmente operários, pois constitui-se historicamente como pólo industrial. As regiões Sul e Sudeste são consideradas áreas habitadas pela classe média e classe média alta da cidade. Já a Zona Oeste possui um baixo contingente populacional em comparação com as demais regiões da cidade, sendo povoada por descendentes de colonos alemães, classes populares e recentemente condomínios residenciais de classe alta.

A região Oeste possui um processo de constituição singular. Apesar de ser hoje a região menos povoada da cidade, teve grande importância no século XIX para o crescimento de Juiz de Fora. Essa contribuição é percebida através da história da região.

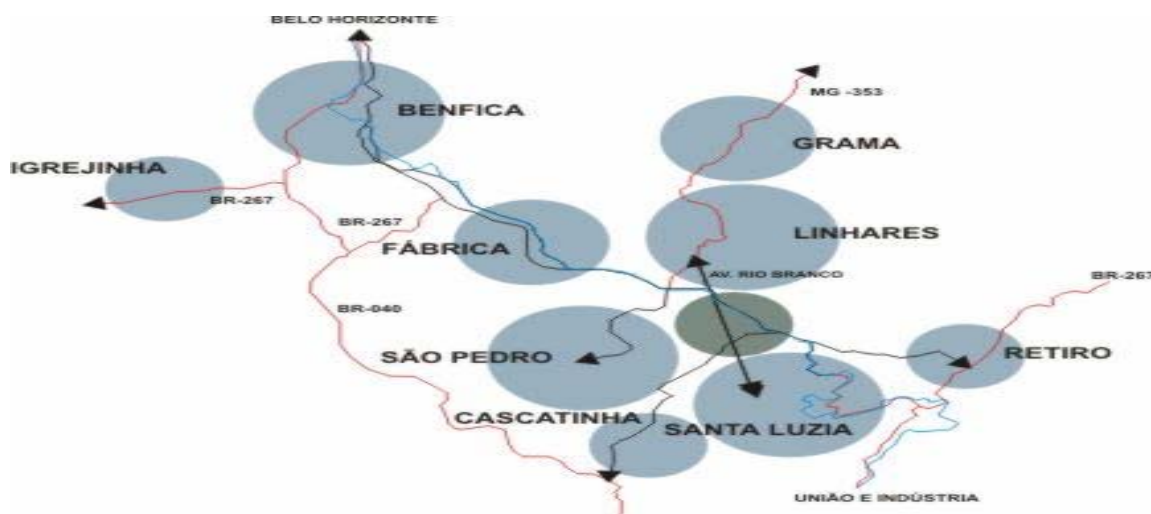
A região também é conhecida como “Cidade Alta” e tem sua origem no período de criação da Colônia D. Pedro II, que utilizava da mão-de-obra imigrante para a construção da estrada União & Indústria. Em 1858, foram criadas duas colônias de alemães na região, a “Colônia do Meio” e a “Colônia de Cima”, que se referem hoje aos bairros Borboleta e São Pedro. Os primeiros alemães que

chegaram à região correspondiam a três vezes a população na época, sendo cerca de 1.200 colonos que possuíam profissão como a de engenheiro, construtor e mecânico. Esses trabalhadores também trouxeram suas famílias.

Ao chegar à cidade, esses colonos passaram a residir em casas construídas pela Companhia, mas com o passar do tempo e o fim da Companhia foram se fixando na região e desenvolvendo várias atividades urbanas e rurais, que “conferiram relativa autonomia às colônias em relação à cidade”. A dificuldade de acesso contribuiu para que a região permanecesse por vários anos com características predominantemente rurais.

A partir da década de 60 e 70 a região se tornou uma área de expansão do município tendo como principal causa a construção da UFJF e duas novas vias de acesso: a Avenida Independência e a BR 040. Neste período a prefeitura passou a ter “clara” intenção de expandir essa região, encomendando na época o Plano Diretor da Cidade Alta.

VETORES DE EXPANSÃO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA



Fonte: Plano Diretor – <http://www.pjf.mg.gov.br>

Os vetores de crescimento apontados na figura acima vêm se afirmando como áreas de crescimento e principalmente de investimentos por parte do poder público. Este movimento pode ser percebido no eixo Norte (sentido Benfica) através da construção de um viaduto e obras de melhoramento da Avenida JK; no eixo Sul (sentido Cascatinha) com a duplicação da Avenida Deusdete Salgado, melhoramento e embelezamento das principais vias, construção de um parque

industrial. Já o eixo Leste não se configurou nos últimos anos como área de interesse, recebendo poucos investimentos e sustentando um crescimento relativamente inexpressivo e desordenado. Os investimentos feitos nessa região foram voltados para corrigir o desordenamento de crescimento que a região tem vivenciado. Exemplo disso são os projetos de infra-estrutura primária, como captação de esgoto, implantação de redes de água e iluminação, pavimentação de ruas e ampliação de vias historicamente saturadas, sendo essas obras realizadas de forma bastante lenta.

O eixo Oeste se confirmou como área de expansão e teve nos últimos anos uma “invasão” de condomínios residenciais horizontais de classe média e alta, como também granjeamentos destinados à classe média alta. Entretanto, a população é considerada baixa pelo Plano Diretor em relação ao seu potencial de crescimento, perfazendo um total de 20 mil habitantes no ano de 2000.

A área de ocupação popular converge para ocupações mais antigas, habitadas pelos imigrantes de origem alemã, observando a presença de poucos e pequenos prédios, reunidos a um comércio pequeno destinado ao atendimento de algumas necessidades imediatas dos moradores da região. Essa área corresponde principalmente aos bairros São Pedro, Borboleta, Santana e Nossa Senhora de Fátima.

A recente expansão urbana criou novas áreas de ocupação popular com características de uso unifamiliar nos bairros Santos Dumont, Tupã, Jardim Universitário e Marilândia. Sobre estas ocupações o Plano Diretor informa:

O cadastro municipal registra cerca de 6.076 construções na região, abrangendo casas, apartamentos, lojas, galpões, salas e telheiros, podendo-se destacar que, para este total, são detectados cerca de 7.456 lotes vagos, caracterizando um grande potencial de adensamento e ocupação para a área, pois o número de lotes vagos supera o de construções existentes. (Plano Diretor Local Oeste)

O padrão médio das moradias é alto em comparação com o restante da cidade. Todavia há uma grande diferença entre os três principais padrões de moradia: os tradicionais, que possuem 15 anos ou mais de existência e que na sua maioria pertencem aos descendentes de alemães, os condomínios fechados recém construídos e as moradias com baixa infra-estrutura, como é o caso do bairro Casablanca, Vila São Jorge e Caiçaras.

Segundo dados do IBGE (Censo 2000), a região possui 6.864 domicílios e aproximadamente 25.287 residentes, em uma área de 45,26 km². Desses domicílios 6.600 são atendidos por serviço regular de coleta de lixo, 6.199 possuem ligação á rede de abastecimento de água e 5.822 possuem rede coletora de esgoto. O restante dos domicílios não utiliza da rede pública de serviços.

A pirâmide etária da região demonstra que a maior concentração etária está na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, tendo assim um grande número de jovens entre a sua população. A faixa salarial dos chefes de domicílio particulares permanentes se concentra entre um e cinco salários mínimos mensais com o maior percentual na faixa de dois salários mínimos. Se a renda for verificada por bairros, pode-se perceber a disparidade de renda na região. No bairro Morro do Imperador (trata-se de um condomínio) a renda mediana mensal é de R\$ 3.000,00 e no bairro Nova Califórnia a renda mediana mensal é de R\$ 302, 00, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4 - RENDIMENTO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

Messoregiões, Microrregiões, Municípios, Distritos, subdistritos e Bairros	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
MORRO DO IMPERADOR	3725,13	3000,00
MARTELOS	535,86	309,00
SÃO PEDRO	695,43	375,00
NOVA CALIFORNIA	1008,85	302,00
NOVO HORIZONTE	1263,03	477,50

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000

No que se refere aos índices de violência, o número de ocorrências de crime contra o patrimônio passou de 27,02/1000 em 2001 para 54,63/1000 hab no ano de 2003. Os crimes contra pessoa e entorpecentes também tiveram um aumento de ocorrências passando, respectivamente, de 38,77 para 56,57/1000 hab e 1,90 para

2,45/1000 hab. Na área da saúde é interessante ressaltar que a região detém apenas uma Unidade Básica de Saúde para atender toda a população que é de 24.834 hab.

Esses dados trazem algumas questões iniciais sobre a região em relação à cidade. Por mais que a região seja antiga e próxima ao centro, ela se manteve por muito tempo distante em suas relações com a região central o que contribuiu para manter características rurais ainda presentes na região. Esse fato pode ter ocorrido devido à topografia montanhosa que dificultava o acesso à região, já que as vias pavimentadas são recentes.

Como dito acima, uma grande característica da região é a sua colonização por alemães (verifica-se também a presença de outros imigrantes europeus), que são proprietários de suas residências e que sempre utilizaram o solo para morar ou praticar a agricultura e a pecuária. Nota-se que muitos alemães adquiriram na cidade propriedades comerciais atuando na prestação de serviços e na indústria, passando a residir em outras localidades.

Os trabalhadores que residiam na região sempre foram proprietários de suas casas e estas foram sendo passadas para seus descendentes, estabelecendo um forte vínculo dos moradores com suas propriedades. Este fato evidentemente teve grande representatividade para que estes imóveis não participassem expressivamente do mercado imobiliário. Quanto à especulação, esta ocorreu provavelmente pela construção da UFJF que trouxe demanda, visibilidade e infraestrutura para a região. A recente demanda por condomínios de classe média e alta se deve a amenidades como o clima frio, à grande cobertura vegetal conservada pelo tipo de ocupação anterior somada a outros aspectos, como a saturação urbana em outras áreas da cidade, que faz o mercado de moradias buscar novas localidades.

A hipótese levantada para a grande particularidade dessa região na sua relação com a cidade e o mercado de moradias ao longo dos anos é a de que ela é marcada pela presença histórica de proprietários. Os colonos que se concentraram na região obtiveram casas e terras, possibilitando a suas gerações moradias e uma identidade naquele território. Por isso, acredita-se que a pauperização desses moradores esteja ligada às mudanças das formas de trabalho dos moradores somadas pela atual especulação sobre esses imóveis, remanejando estas famílias na região ou até na cidade.

As evidências empíricas demonstram que esses descendentes foram se aglomerando no terreno de seus pais e os que detinham maiores parcelas de terras, na sua maioria dedicada à agricultura, venderam-nas para construção de condomínios e novos bairros.

Pode-se concluir que a região de São Pedro convive hoje com uma urbanização consideravelmente acelerada e com resquícios de uma região rural. A expansão se dá no sentido centro para a BR-040, impulsionada pela recente construção do acesso São Pedro, que é a maior obra do município na região. Trata-se de uma via de quatro pistas que liga São Pedro à BR-040, pensada como alternativa de tráfego de veículos na cidade.

A falta de serviços públicos, como: escola, lazer e saúde não se constitui problema para os novos moradores de classe média-alta da região que não utilizam estes serviços públicos e os buscam em outras regiões. Já os trabalhadores que residem há bastante tempo na região e também os novos moradores de classes populares vivenciam essa carência, sendo às vezes amenizadas pelos trabalhos de extensão da universidade. É interessante salientar que o governo municipal⁴ sempre incluiu os serviços prestados pela universidade como sendo parte das ações governamentais para essa população, como é explicitado no Plano Diretor. Essa colocação é feita para demonstrar que a população não conta com serviços estruturados e rotineiros, já que se trata de projetos de extensão que funcionam segundo os interesses educacionais e disponibilidades financeiras da universidade. Além disso, são serviços cuja interferência dos usuários é baixa, pois não fazem parte das instituições fiscalizadas por órgãos como a Ouvidoria de Saúde e as organizações de controle social. Tais serviços são descritos por parte da população como benefícios que fazem deles “privilegiados” por morarem perto da UFJF.

⁴ Ver Plano Diretor

1.3 – Seis Histórias no Tempo

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 foram realizadas as entrevistas com moradores da região Oeste de Juiz de Fora. Nessas entrevistas buscou-se captar a experiência de cada um dos entrevistados em relação a algumas categorias empíricas, sendo a principal delas a propriedade, definidas a partir da hipótese já apresentada.

As histórias levantadas trazem questões comuns, entretanto é possível perceber situações e trajetórias que particularizam cada uma delas. Essas particularidades serão enfatizadas a seguir de forma sucinta a fim de apresentar os entrevistados desta pesquisa.

A ordem de apresentação é definida com base no tempo e na forma de ocupação e é diante desse encadeamento das histórias coletadas que se construíram as primeiras análises da pesquisa. As histórias podem ser divididas em dois grupos, sendo que nas três primeiras histórias verifica-se claramente a divisão territorial baseada na raça. No segundo grupo de histórias encontram-se os moradores que ocuparam a região recentemente.

1.3.1- Moradores iniciais

A ocupação: os alemães

A primeira pessoa a ser entrevista foi a “S.” de 47 anos que mora com o seu marido e mais dois filhos de 17 e 15 anos de idade. “S.” mora na rua que tem o nome do seu avô e se localiza em uma área antiga da região analisada.

Seus avós eram alemães e participaram do processo de colonização da região e toda história relatada por ela durante a entrevista se entrecruza com essa questão. Ela possui uma ótima memória que provavelmente é auxiliada pelo fato de sempre ter morado na mesma casa, que, aliás, foi habitada pela família de sua avó. A casa onde mora é muito antiga, de arquitetura simples, contudo muito conservada e demonstrando características do seu tempo de uso, por isso, muitas flores e árvores antigas a cercam.

Além de “S.” sempre ter morado na mesma casa, seus familiares, na sua quase totalidade, moram perto de sua residência e seus pais residem no mesmo

terreno. Por ter sempre morado na região, ela é a entrevistada que consegue relatar com maior facilidade e riqueza de detalhes as mudanças que ocorreram nas últimas décadas em São Pedro. Também conhece as famílias que moram na região há bastante tempo e consegue identificar, na maioria das vezes, pessoas que ela diz serem novatas na região.

Na maior parte da entrevista, “S.” narrou acontecimentos importantes no bairro e principalmente as mudanças físicas e de comportamentos dos moradores, que acabaram por traçar o que ela designa como antigamente, ou tempos atrás, e o hoje.

Sua visão sobre a história política da localidade é mais enriquecida, sempre analisada num contexto histórico, o que a diferencia das demais entrevistadas. Pode-se dizer também que a presença das relações familiares é marcante, sendo sempre mencionada a rede de socialização primária.

A família nuclear é sustentada pelo trabalho do marido como eletricista e seus dois filhos estudam na rede pública. Durante a entrevista, “S.” mencionou certa angústia por nunca ter exercido uma profissão, já que primeiramente teve que cuidar de sua mãe que estava muito adoentada e posteriormente cuidar dos seus filhos. Diz que além dos afazeres domésticos, ocupa seu tempo auxiliando o trabalho do marido (atendendo os clientes) e acompanhando os filhos, principalmente na escola.

Acredita no futuro dos filhos, principalmente pela via da educação e espera que eles encontrem uma mobilidade social que é seguida de uma mobilidade espacial, segundo sua fala.

Na busca por uma outra história

A “L.” tem 55 anos de idade, é negra, e desde o seu nascimento mora na casa que foi construída pelo seu pai. Há três gerações, a família mora na casa que está na condição de usufruto, sendo que neste terreno moram mais três irmãos.

Em vários momentos durante a entrevista ela mencionou o seu desconforto com o tamanho da residência e do terreno que é pequeno tanto para sua unidade familiar, composta por três filhos (de 18, 24 e 25 anos de idade) e seu companheiro, como para seus irmãos que também possuem filhos.

Uma situação interessante narrada por ela sobre esse assunto é a falta de espaço para criar animais e cultivar plantas

“(…) num tem porque num tem espaço bem que eu queria, tem só um cachorro mesmo assim eu acho que ele é muito grande pra ficar aqui que ele incomoda”.

A questão da herança da casa a partir da condição de usufruto acaba por permear um pensamento e também um desejo da entrevistada que ocupa a maior parte do tempo da entrevista. Para “L.” a história da família sempre se concentrou naquela casa, naquele lugar, e seria de seu agrado que isso mudasse, pois encara essa situação como uma rotina que não permite traçar novos horizontes. Na sua visão o fato de a casa ser passada de geração a geração leva a uma continuidade da história familiar, como também propicia um “comodismo” dos filhos, que sabendo da segurança de ter a propriedade não se esforçam na busca do que ela chama de uma nova história.

Nessa busca ela relatou que gostaria de ter participado da invasão no “Casablanca” que seria uma forma de ter tentado algo diferente. Tal desejo foi dito logo após fazer crítica a este processo de invasão, que na suas palavras significa um desrespeito. Mas parece que tal ato é justificado diante daquilo que ela coloca como desejo maior: uma nova história.

Durante toda a entrevista “L.” se mostrou bastante angustiada com o futuro dos filhos que ela almeja ser diferente do seu. Disse que está sempre muito cansada e até mesmo desacreditada de um futuro melhor e que isso se deve ao fato de ter criado seus filhos sozinha. Durante toda a entrevista foi perceptível o sentimento de melancolia da entrevistada.

Uma História Marcada Pela Cor: os negros

A terceira pessoa a ser entrevistada foi “L. F.” de 49 anos, moradora do bairro São Pedro, localidade bem antiga da região. Ela é casada há 29 anos com “R.” e eles têm quatro filho, sendo que apenas três moram atualmente com eles.

O avô da “L. F” trabalhava como “soqueteiro” e sua avó como lavadeira e já os seus pais exerciam a profissão de pintor e doméstica. Todos eles moravam no bairro Dom Bosco, inclusive a “L. F.” que residiu lá até a data de seu casamento. Ela sempre trabalhou como doméstica, mas parou de exercer a profissão há alguns anos e o seu marido no momento trabalha como pedreiro. Antes de exercer essa profissão ele foi servente, vigia e trabalhador de uma grande fábrica de papel da

cidade e teve que sair do último emprego porque teve dois dedos cortados em serviço.

A família do “R.” não é de Juiz de Fora e ele, antes de mudar para São Pedro, chegou a morar com sua família no bairro Dom Bosco e assim conheceu a “L. F.”. Ela, bastante saudosista de sua juventude, relatou acontecimentos de sua vida e lembranças da região que permitiu localizar sua história pessoal com a história dos bairros Dom Bosco e São Pedro, história esta marcada pela distinção de raça.

A “L. F.” e seus familiares são negros, sendo esta raça ainda visivelmente a maioria no bairro Dom Bosco. Entretanto, o “R.” é branco e com características físicas típicas do povo alemão. Sua ascendência não é alemã, mas para a família da “L. F.” e os seus vizinhos ele era assim denominado,

“(…) é por causa dele ser branco, assim vermelhão, aí achava que ele era alemão” (“L. F.”)

Ao longo do seu relato é mencionada por várias vezes a demarcação espacial que existia entre as raças. Dom Bosco é um bairro historicamente popular com alto índice de pobreza e se localiza na região central de Juiz de Fora. Apesar de administrativamente estarem em regiões diferentes, os bairros são muito próximos e têm como divisão apenas o Campus Universitário da UFJF. Na fala da “L. F.” é facilmente delimitada essa espacialização racial:

“(…) o pessoal quase não vinha aqui porque tinha aquela coisa que aqui era dos alemão então quase não misturava não, era só tempo de festa de São Pedro que chegava o pessoal mais também cabou aqueles dois, três dias ninguém, era dos alemão mesmo.”

A “L. F.” vivia perfeitamente essa demarcação, tanto que diz: “eu não vinha aqui não em São Pedro, nunca tinha vindo e falava que eu nunca ia vir aqui.”

Os relatos sobre a diferença entre as raças não fazem parte apenas da juventude, estão presentes desde a infância, o que demonstra certa historicidade da discriminação racial na região:

“(…) então a gente pequeno fala umas coisa assim mais medo a gente fica aí ninguém queria vir e ela falava (avó) cê vai lá pra cima, cê é muito boba, tu é boba se eu fosse você eu não ia não eles não gosta de preto não.”

Mas segundo a “L. F.” era mais medo que colocavam nas crianças e que sua experiência em São Pedro foi positiva, entretanto sua fala demonstra um certo conforto pela atual configuração racial da região de São Pedro.

“(...) mais fui muito bem recebida aqui no bairro e agora já não é mais tudo só dos alemão que tinha muito alemão aqui (...) poucos alemão que tem agora, agora misturou tudo.”

O vínculo com o bairro de origem nunca foi cortado, sendo expresso nas atividades feitas quando os filhos eram crianças e na dinâmica do seu atual cotidiano. Na visão da entrevistada o bairro Dom Bosco é diferente por causa da rotina das pessoas que se realiza até um horário mais avançado - “lá até três horas da manhã tem gente na rua brincando aqui dá dez horas não tem ninguém na rua” - e faz com que São Pedro seja um lugar mais tranquilo, segundo ela.

Perto da casa da “L. F.” encontra-se a histórica Igreja de São Pedro da qual ela participa e que também é mencionada em vários depoimentos. Ela reside na Avenida Senhor dos Passos, que é relativamente extensa, percorrendo parte considerável do bairro e dando acesso a um condomínio aberto – Bosque do Imperador – e uma região de casas populares – Caiçaras I e Caiçaras II. Esses bairros não existiam até alguns anos atrás, mas para ela os moradores dos condomínios não são “gente de fora” e sim os moradores dos bairros populares. Pois, na sua visão os moradores dos condomínios são “mais gente granfina, eles nem olham pra gente” e já os moradores do conjunto habitacional são responsáveis por acontecimentos que vem tirando a tranquilidade dos moradores:

“Agora não ta sendo bom não, ta acontecendo muitas coisas, muitas maldade que ta acontecendo no bairro que antes não tinha, era mais tranquilo e agora é devido mesmo a chegada de alguns pessoal assim de longe, né?”

A casa em que “L. F.” morou no Dom Bosco é a casa em que sua filha mais velha mora hoje. A casa é herança dela e de mais quatro irmãos que não importam em ceder a casa pra sua filha porque “o que precisa entra, aí sai, e dá lugar pro outro”. A sua casa é própria e está em fase de acabamento, mas desde o seu casamento mora no mesmo terreno, porém antes a casa era de telha e menor.

1.3.2 – Moradores recentes

Propriedade e Segurança

“C.” é moradora do bairro Santana, área central do bairro e bem servida pelo comércio local. Reside neste lugar há 15 anos. Anteriormente morava na cidade de Santo André, Estado de São Paulo em uma casa cedida pelo sogro.

Quando solteira morava com seus pais em Muriaé, sua cidade natal que fica no interior de Minas Gerais, e trabalhava como professora do ensino fundamental. Ela relata que após o casamento parou de trabalhar como professora, pois não era do agrado do seu marido. Porém, quando vieram para Juiz de Fora, montaram uma farmácia na região nordeste da cidade e, como seu marido teve que arrumar outro trabalho para conseguir suprir as despesas domésticas, ela passou a gerenciar a farmácia. Atualmente ela realiza o trabalho que na sua fala é o único que o marido permite: trabalhar de voluntária na farmácia da Igreja de São Pedro.

“C.” diz que seu marido veio para Juiz de Fora através de uma proposta do seu pai para montar uma farmácia com o irmão dela. Na primeira vez que veio a Juiz de Fora comprou o terreno onde construíram sua casa, antes de saber se realmente viriam para a cidade. O irmão de “C.” tinha comprado um terreno próximo ao que eles adquiriram e ela levou o marido para conhecer. A escolha pelo terreno se deu porque seu marido adora montanhas e achou o lugar calmo e bonito.

O bairro foi bastante valorizado nos últimos anos com a expansão da região e “C.” percebe a valorização, conforme mostram seus relatos:

“(…) valorizou muito, nós compramos esse lote aqui há quinze anos atrás pagamos sete mil reais na época, Hoje ta valendo uns trinta mil reais um lote aqui, quando valoriza uma coisa tanto assim?”

Parece que a valorização do terreno acompanhou a família que conseguiu construir uma casa conforme “C.” sonhava (a casa ainda está em obra). Certamente a estabilidade familiar teve como um dos principais fatores a casa própria, mas sem dúvida a aprovação do chefe de família em um concurso público trouxe a estabilidade almejada.

Seu marido é técnico em enfermagem e foi efetivado no Hospital Universitário da UFJF. Seus filhos estão estudando e ela acredita num futuro promissor para

eles.

Mobilidade espacial

A última entrevista realizada foi com “M.”, moradora do bairro Adolfo Vireque há dez anos. O bairro, que possui condições de infra-estrutura relativamente precárias em comparação com outros bairros da região, teve sua consolidação num tempo próximo ao que “M.” reside na localidade, o que lhe permite narrar fatos que dizem respeito a uma época em que o bairro e principalmente sua rua ainda eram pouco habitados.

“(…) essas casas tudo aqui em baixo meu marido ajudou a encher laje que não tinha nenhuma, era só mato (…) Aqui não tinha nada a gente passava num barranco nem escada tinha”.

O bairro se localiza numa área que teve um processo de invasão anos atrás, mas atualmente pode-se dizer que é uma área regularizada. “M.” não teve relação com esse processo, a área que reside foi loteada há muitos anos e a casa em que mora é alugada - “ (...)tem 10 anos pagando aluguel aqui”.

A moradia da família é alugada há duas gerações, o que trouxe uma mobilidade espacial à história familiar. Entretanto, os pais da “M.” alugaram casas em uma outra região da cidade e permaneceram uma grande parte de sua vida no Bairro Santa Luzia, um bairro da cidade (região Sul) próximo ao centro e que teve uma urbanização bastante acelerada.

As facilidades no que diz respeito ao acesso a bens e serviços e principalmente à facilidade em locomover fazem parte de sua memória, e são reportadas a todo o momento durante a entrevista. Elas se contrapõem à realidade do bairro onde ela reside atualmente que é distante do comércio e possui poucos serviços tendo uma infra-estrutura precária. Além disso, o bairro se localiza em uma área montanhosa, com ruas íngremes e muitos “escadões”.

Assim, suas queixas se centram na dificuldade de acesso a bens e serviços, sendo sempre referenciadas pela sua falta de saúde que não lhe permite se locomover até ao centro da cidade ou na própria região central de São Pedro.

“M.” mora com o seu marido, seus três filhos e uma neta. Ela hoje é aposentada pelo INSS, mas antes exercia a profissão de empregada doméstica desde os 11 anos de idade. Seu marido é carpinteiro e segundo ela passa muito tempo desempregado, porém no momento está trabalhando para uma empresa. Sua

filha se encontra em período de experiência em uma Conservadora no cargo de auxiliar de serviços gerais e o filho de vinte e nove anos de idade trabalha de carteira assinada há dez anos para uma empresa que produz lajes pré-moldadas. O filho mais novo de quatorze anos é estudante da rede pública e não exerce nenhuma atividade laborativa ou de lazer.

Demonstrou, durante a entrevista, bastante preocupação por não possuir uma casa própria e narrou as poucas chances que possui para alcançar esse sonho, que segundo ela só seria possível com a ajuda de algum familiar. Outra situação que a preocupa é o futuro dos filhos que acabaram desempenhando as mesmas funções que os pais e principalmente o mais novo, que, diante da falta de ocupação, teme que venha a se envolver com as drogas. É válido ressaltar que a área em que ela mora é marcada pelo tráfico de drogas.

“M.” é uma pessoa muito extrovertida e simpática, sendo este o clima que prevaleceu durante toda a entrevista, até mesmo quando narrou um momento de grande dor em sua vida: a morte do filho.

Proprietários X Invasores

No loteamento da EMCASA (Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora), entrevistou-se “T.” de 50 anos de idade, natural de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Ela morou lá até aos 17 anos, sendo que neste período trabalhou em algumas empresas da cidade.

Aos doze anos começou a trabalhar, pois não queria mais depender dos pais e a partir daí iniciou sua vida profissional que se estendeu até sua aposentadoria, que chegou antes do tempo esperado por causa do nascimento dos filhos. Eles são gêmeos e possuem um tipo de deficiência mental que os incapacitam de exercer várias atividades profissionais por não conseguirem reter informações.

Seus pais possuíam casa própria, quando moravam em Volta Redonda, mas, segundo a entrevistada, após a vinda para Juiz de Fora eles nunca mais conseguiram adquirir uma propriedade. A partir desse ponto da entrevista é narrada uma trajetória de empobrecimento da família e principalmente da entrevistada.

Ela relata as dificuldades de pagar aluguel e o desejo de adquirir novamente uma propriedade que só foi possível através da EMCASA, mesmo assim, foram muitos anos de espera e este loteamento foi o único que a sua renda mensal

conseguiu custear. Após a aquisição do imóvel, muitas foram as dificuldades que vão desde pagar a prestação no valor de R\$ 52,00 à falta de infra-estrutura do loteamento.

Além dessas dificuldades, ela apresenta a convivência com os vizinhos como sendo um dos maiores problemas que enfrenta. Para “T.” a maior dificuldade não é a condição social da vizinhança, mas sim o “palavreado” e as atitudes que são vistos por ela de forma bastante negativa.

A maioria dos moradores atuais do loteamento invadiu as casas antes que elas ficassem prontas e a prefeitura não conseguiu, até o momento, realizar nenhuma negociação com estes moradores. Tal situação faz com que a entrevistada mencione de forma implícita uma diferença entre ela e os “invasores”. Acha que alguns deles até merecem ficar nas casas, mas a maioria são pessoas que não trabalham e usam as crianças para não serem retiradas dali, questão essa que a incomoda e a faz pensar no não merecimento por parte destes.

A questão da violência na região é mencionada, porém a entrevistada acredita que esta não possa prejudicá-la, já que é moradora do lugar. Mas durante a entrevista existe certo receio ao falar dos moradores, principalmente dos que se encontram no tráfico de drogas, e relata que no momento o bairro está melhor porque a “polícia deu uma limpa” há pouco tempo.

Com o fim das entrevistas, iniciou-se a análise das histórias de vida. O trato das informações coletadas exigiu primeiramente um referencial teórico que contextualizasse essas histórias dentro das principais categorias analíticas deste estudo: classe social e propriedade.

CAPITULO II

AS CLASSES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA

Neste capítulo é realizado um aprofundamento do conceito classe social, principalmente na sua relação com a propriedade, visando demarcar o conceito empregado neste estudo e também compreender a complexidade de visualização da categoria na atualidade. Em seguida são apresentados os dados obtidos com a pesquisa e as categorias levantadas pelas entrevistas. Apresenta-se também a construção da cidade, fruto da expansão do capital, para que se possa entender a repercussão do cotidiano urbano nas relações de classe.

2.1 - Classe Social e Propriedade

Hirano, ao refletir sobre o conceito de classe em Marx, afirma que o referencial marxiano é sempre “a produção social de uma dada sociedade historicamente determinada e as categorias explicativas são sempre categorias históricas e transitórias, assim como é uma dada formação social” (Hirano, 2002). Diante dessa consideração, a estrutura de classe é um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna. A classe é um produto da sociedade burguesa.

As classes sociais surgem com o fim do modo de produção feudal e a emergência do modo de produção capitalista moderno. Nesse período de transição a burguesia faz dos seus interesses, “interesses comuns”, e junto com o proletariado faz oposição à nobreza decadente. É somente com o pleno desenvolvimento do capitalismo que as classes começam a transparecer. Os elementos que definiram as classes sociais foram as condições comuns em que estas surgiram, resultando em condição de classe. Por outro lado, o que diferencia as classes sociais é a posição que os indivíduos ocupam na esfera da produção social, que provém da divisão social do trabalho.

Marx afirma que a “história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes”. O objetivo de Marx nessa citação é demonstrar que são os grupos de opressores e oprimidos que fazem a história das sociedades. No caso da sociedade capitalista, à medida que a classe burguesa se desenvolve, o proletariado também se desenvolve e assim a luta de classes. Os membros da burguesia possuem o mesmo interesse, porém as duas classes possuem interesses antagônicos, porque na medida em que se produz a riqueza, as forças produtivas, se produz também a miséria e a opressão.

O capitalismo luta pela perpetuação do sistema de trabalho assalariado e o operário luta pela sua abolição. Diante desse contexto a luta de classe se torna uma luta política e essa pressupõem a consciência de classe. A consciência de classe passa pelo processo de desalienação, e para isso é necessário que as relações objetivas não sejam encaradas como relações sociais naturais e sim como determinações da produção social, da atividade humana. A percepção dessas condições objetivas leva os indivíduos a se organizarem segundo os interesses comuns para se oporem ao grupo dominante, como foi o caso da burguesia que se organizou tendo como interesse comum opor-se à nobreza decadente. A negação das condições objetivas dadas leva à revolução social. Em outras palavras, o cerne da transformação social é a negação da produção social existente.

Em relação à classe média, Marx afirma que, salvo o proletário, todas as classes são reacionárias. Em outro momento de sua obra, afirma que a classe média se torna revolucionária quando se depara com a possibilidade de passar a proletariado. Essa afirmação de Marx indica que ser ou não revolucionário é uma questão histórica.

Sobre o desaparecimento da classe média, Hirano (2002) conclui que se refere “às velhas classes médias”, que eram entendidas por Marx, como sendo os pequenos proprietários agrícolas, pequenos artesãos urbanos e outras categorias de profissionais autônomos que fizeram parte de uma determinada fase do desenvolvimento capitalista e tenderiam a incorporar o movimento revolucionário do proletariado. Já as “novas classes médias” são produtos típicos da grande indústria, e o autor as analisa em sua obra “O Capital”.

Quanto ao papel dos membros da classe média de ideólogos da causa revolucionária, Marx atesta que são frações da classe média. Da mesma forma que setores dela atuaram como ideólogos da classe dominante, se encontram parcelas atuando junto ao proletariado.

Para Hirano (2002) a verdadeira consciência da produção social é a história, pois como já explicitado, os fatos devem ser encarados como produtos de uma determinada época e a ideologia é uma consciência falsa por representar os interesses da classe dominante e não o conjunto da sociedade.

Este trabalho assume a concepção clássica de classe social definida por Marx em que o trabalho é a relação determinante para tal constituição. Contudo, esse trabalho ressalta a relação intrínseca existente entre o trabalho e a propriedade da

terra. Isso significa salientar essa relação e usar a propriedade, aqui trabalhada como a propriedade do solo, como um indicativo da condição de classe, ou seja, um componente que se soma à divisão do trabalho. Não há dúvidas de que o determinante da posse da propriedade seja o lugar que se ocupa na esfera do trabalho e não o mercado. O que define a posição do indivíduo na sociedade é a forma de participação na produção e sua conseqüente participação nos frutos desse trabalho.

Esse direcionamento fica mais claro quando se tenta mostrar a existência de dois grupos na sociedade atual: proprietários e *sem-propriedade*.

É crescente o número de pessoas que não possui a posse de um lugar para residir. As grandes cidades vivenciam essa experiência com maior freqüência e intensidade, embora esse processo já tenha se expandido até na arena do mundo rural. Não é mais privilégio dos grandes centros o convívio com indivíduos desprovidos de lugar de moradia, bem como de propriedade.

Essa população aumentou substancialmente com a crise econômica que se iniciou na década de 70 em todo o mundo. Este período é marcado também pela chamada “revolução urbana” em que se consolida um movimento de migração em direção aos centros urbanos. Trata-se de um grupo em franca expansão que habita as denominadas áreas clandestinas ou irregulares.

Escolhe-se o termo *sem-propriedade* utilizado por Menegat (2005) para definir esse segmento. Para a autora, a escolha do termo se deve a possibilidade de atrelar a sua origem à origem da propriedade privada. “Assim, se podem comparar os *sem-propriedade* em qualquer época da sua longa trajetória no Ocidente” (Menegat, 2005, p.147).

A presença dos *sem-propriedade* não é datada apenas deste século. Refere-se a um processo de expropriação bastante antigo. Engels já notara tal aparição no século XIX e propõe a definição classe operária quando se referir à posição que os sujeitos ocupam na divisão social do trabalho e o termo classe não proprietária ao mencionar a posição que estes ocupam na divisão do espaço social. (Menegat, 2005)

Segundo Menegat (2005), a causa imediata para o surgimento dos *sem-propriedade* é o “esquadrinhamento da terra” em propriedade privada e não apenas

o processo de industrialização. Deste modo, para entender os *sem-propriedade* é preciso investigar a origem da propriedade privada e todo o seu processo de consolidação.

Para iniciar essa investigação recorre-se ao pensamento de Karl Marx nos Manuscritos econômico – filosóficos de 1844. Nessa obra Marx afirma que grande parte da propriedade fundiária se transforma em propriedade industrial levando à eliminação da distinção entre capitalista e grande proprietário fundiário. Tal eliminação configurou a sociedade em duas classes: trabalhadora e capitalista. Trata-se da vitória da “aristocracia do dinheiro” sobre a “velha aristocracia”.

Desde o regime da propriedade feudal que o domínio da terra é um “poder estranho que impera sobre os homens”. A propriedade é dada pela forma de herança ao primogênito a quem pertence a terra, assim como o servo é indiscutivelmente o produto da terra. A propriedade privada tem sua base na propriedade fundiária.

A propriedade fundiária possui uma relação individualizada com o senhor que estabelece sua lei (sua política) na qual todos os que estão ligados a sua propriedade participam. A propriedade fundiária, “raiz da propriedade privada”, é levada pelo movimento da propriedade privada e se torna mercadoria, desfazendo a “coloração política” que existia anteriormente entre o proprietário e o trabalhador, transformando esta relação em pura relação econômica entre explorador e explorado. Neste movimento,

(...) a propriedade fundiária, sob a forma do capital, manifesta o seu domínio tanto sobre a classe trabalhadora como sobre o próprio proprietário, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinam ou promovem. (Marx, 1993, p. 176)

A grande particularidade da transformação da exploração feudal em capitalista é a retirada violenta do homem dos seus meios de subsistência e seu direcionamento para o mercado de trabalho como trabalhador assalariado. Tal processo – de produção do capital – ocorre no período da acumulação primitiva do capital.

A acumulação primitiva que propicia a relação com o capital advém principalmente do afastamento do trabalhador da propriedade – aqui entendida como a condição para a realização do trabalho. A separação de um grande

contingente de homens dos seus meios de subsistência, ou seja, a separação do homem da terra acaba direcionando-os para o mercado de trabalho da nascente indústria capitalista.

Marx (1984) relata que a expropriação dos produtores que eram servos ou dependentes de outra pessoa é que faz surgir a figura do trabalhador assalariado, o homem livre incapaz de manter sua subsistência por ser livre dos meios de produção. É, portanto, o movimento de expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, que configura a base do processo de criação de uma massa de trabalhadores assalariados.

Em Marx a história de expropriação da terra do homem que resulta na acumulação primitiva é resumidamente descrita nesta passagem:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o fruto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (Marx, 1984, p. 274)

Todo esse procedimento de expropriação e expulsão ocasiona também a construção de um mercado interno. A separação dos meios de trabalho – a terra – além de obrigar os trabalhadores do campo a se tornarem trabalhadores assalariados, implica em uma outra questão: a de se tornarem consumidores de todos os produtos necessários para sua sobrevivência, produtos estes que antes eram adquiridos fora do mercado. Há dessa forma uma relação direta entre a “posse” da terra e a subsistência do trabalhador⁵.

A gênese histórica da acumulação capitalista, segundo Marx, está na dissolução da propriedade privada fundamentada no próprio trabalho. Essa forma de propriedade existe em várias relações de dependência como a escravidão e a servidão, mas sua forma plena é adquirida quando o trabalhador é livre proprietário das condições de trabalho realizadas por ele próprio. Nesse modo de produção há

⁵ Tal situação não é presente apenas no processo de acumulação primitiva, mas trata-se de uma constante no modo de produção capitalista. A revolução urbana que levou nos últimos anos a maioria da população a se aglomerar nas cidades mostra claramente esse processo. O fato da maioria da população (principalmente as classes populares) ter sofrido uma drástica redução do espaço habitado leva ao aumento do custo de sua reprodução. Trata-se das famílias que antes possuíam ou tinham ao seu dispor uma porção de terra que as possibilitavam produzir bens para seu consumo, não tendo a necessidade de recorrer ao mercado.

um “parcelamento do solo” e dos instrumentos que possibilitam a produção.

Entretanto, esse grande parcelamento do solo se transforma na passagem da sociedade feudal para a capitalista, em pequena parcela concentrada nas mãos de poucos. Essas concentrações aumentam sucessivamente nesse modo de produção, pois o expropriador também é expropriado pelos seus pares, isto é, capitalista expropria capitalista, o que leva Marx a crer que o sistema de apropriação capitalista possui a sua própria negação.

A base da acumulação do capital está assim iniciada pela seguinte transição:

A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (Marx, 1984, p.293)

Em suma o processo de concentração do solo se dá pela expropriação e expulsão dos trabalhadores da sua propriedade fundada no próprio trabalho. A inexistência de espaço para morar e cultivar faz do então homem do campo (seja ele o camponês, o servo ou o antigo assalariado do campo) o proletário sem chão que só possui uma alternativa: vender sua força de trabalho.

Na relação com o capitalista, o trabalhador não se encontra como um vendedor livre, pois o capitalista escolhe a quem empregar e ao trabalhador cabe apenas vender sua força de trabalho. O trabalho só detém valor se for vendido, o que obriga o trabalhador, que não possui propriedades e vive somente do seu trabalho, a vender sua força de trabalho a todo instante. Ao contrário das mercadorias de que o capitalista se apropria, “o trabalho não pode ser nem acumulado nem poupado” (Marx, 1993, p.116).

A propriedade privada nos moldes capitalistas é fruto do roubo e da fraude, sendo sacramentado pelo direito positivo, este que promove a propriedade privada através da herança. O que se pretendeu descrever até o momento foi a formação de duas classes: capitalista e trabalhador, ou seja, proprietário dos meios de produção (inclui-se a propriedade da terra, pois também ela pode ser considerada um meio de produção) e sem propriedade. Mas falta ainda melhor explicitar como se dá a relação entre essas duas classes que resulta na propriedade privada.

Com a passagem da propriedade fundiária para a propriedade privada, o trabalhador passa a desempenhar uma relação direta com o capital. O capital só existe através do trabalho e o trabalhador – mercadoria viva – só existe por meio do capital. Trata-se de uma relação viciada e recíproca em que o trabalhador produz o capital e este produz o trabalhador. O capital é trabalho, sua base é a “propriedade privada dos produtos do trabalho alheio”. Assim sendo, a propriedade privada é consequência da expropriação do trabalhador, ou seja, do trabalho alienado.

O processo de alienação acontece no processo de produção. Os objetos produzidos pelo trabalhador são a objetivação do seu trabalho, contudo, o produto do seu trabalho aparece como um objeto estranho, com uma existência externa, fora dele. O processo de produção de mercadorias é entendido como um processo de desrealização, em que o trabalhador se distancia cada vez mais da sua produção, afastando-se dos objetos necessários a sua reprodução e ao trabalho. A relação que o trabalhador estabelece com o produto de seu trabalho é de total estranheza, sendo esta arrebatada também para os objetos naturais, que significam hostilidade e estranheza ao “mundo externo sensível”.

Outro aspecto do ato de alienação é a exterioridade do trabalho para o trabalhador. O trabalhador, ao não ver o trabalho como próprio da sua natureza, não se realiza no trabalho. Este é visto como uma negação de si, que o mortifica, o diminui. O trabalho representa a satisfação das necessidades e não o processo de criação. O trabalhador “só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si”. (Marx, 1993, p. 162).

Além disso, o homem também se aliena da sua “vida genérica”, universal. Ela se desfaz na objetivação do real possível apenas e passa a ser buscada na vida individual. A alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho e da sua vida genérica leva à alienação do homem em relação a outros homens. Todo o processo de alienação que se realiza do homem

(...) ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com a relação do homem aos outros homens, bem como ao trabalho e ao objecto do trabalho dos outros homens. (Marx, 1993, p. 166)

A relação de alienação do homem se revela e se faz na relação do homem com outros homens. É por isso que o que é estranho a um homem pertence a outro,

que só pode ser diferente do primeiro. Assim, molda-se a representação que o trabalhador faz do patrão e vice-versa. Novamente, nessa relação o que é estranho a um homem é familiar a outro, pertence a ele. O que causa sofrimento a um homem é fonte de prazer para o outro, se estabelece dessa forma a relação de oposição e dependência entre esses personagens.

O processo de “auto-alienação” se revela através de outros homens em uma relação prática. A alienação é uma questão prática que se manifesta no cotidiano através da relação com os objetos, com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens.

A forma alienada de o trabalhador lidar com o seu trabalho é que produz também a relação do capitalista com o trabalho. Portanto, a propriedade privada é resultado da alienação do trabalhador à natureza e a si mesmo.

A propriedade privada é conseqüência do trabalho alienado e “o meio através do qual o trabalho se aliena, a realização da alienação”. Por isso, Marx afirma que o fim da propriedade privada só pode ocorrer quando o trabalhador romper a alienação que tem com seu trabalho.

A descrição acima remete à representação de duas classes que fundamenta a sua relação no processo de produção, isto é, uma relação de trabalho. Trata-se de um verdadeiro processo de estranheza em que o único fato identificado pelo trabalhador, e conseqüentemente pelo capitalista, é a relação de propriedade dos meios de produção, seja a terra da agricultura ou o maquinário da indústria urbana. A representação de classe assume em sociedade uma forma aparente e superficial de divisão: a posse⁶. Mas esta não é entendida como resultado do processo de trabalho e sim como simples conseqüência da herança. A herança é uma forma de manter a divisão entre proprietários e sem-propriedade, no entanto, não é o processo que funda esta divisão.

Marx, ao relatar o processo de alienação do trabalhador através do trabalho, descreve a construção objetiva e subjetiva da classe. Trata-se do lugar social que os

⁶ O termo propriedade se refere ao direito de posse a alguma coisa, independente da posse real. Privada não é apenas um adjetivo que enfatiza o conceito de propriedade, mas demonstra a contradição existente em um sistema específico que é o das sociedades ocidentais contemporâneas. (Martignetti, 1983).

homens ocupam na sociedade, uma questão objetiva, mas ao expor a forma que essa localização se molda e se reproduz nos revela a questão subjetiva da constituição das classes. Subjetividade não é apenas representação do mundo ou sua reprodução na consciência dos sujeitos, mas sim uma atividade em constante reprodução que se constrói na relação entre sujeito e realidade e entre sujeitos e outros sujeitos. (Cassab, 2001)

A constituição da subjetividade das classes se deu historicamente através do trabalho. A relação estabelecida dentro das indústrias delimitava com maior clareza os iguais e os desiguais, o familiar e o estranho, a classe trabalhadora e a classe burguesa, bem como delimitava claramente o exército industrial de reserva como sendo os que não participavam da relação de trabalho.

Com as mudanças do mundo do trabalho criou-se a identificação de *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 1998) para se referir a todos os que necessitam de alguma forma do trabalho para sua sobrevivência. Não há dúvidas de que todos os setores incluídos nessa classe tenham como ponto de convergência a dependência do trabalho como também não há dúvidas de que eles detêm uma série de interesses imediatos difusos impostos pela dinâmica do capital. Essa questão faz do conceito classe trabalhadora e *classe-que-vive-do-trabalho* parecer, num exame pouco detalhado, conceitos genéricos com pouca elucidação.

Entretanto, um olhar mais atento revela que a base da constituição das classes se mantém inalterada já que é uma relação demarcada pela propriedade. Isto quer dizer que a falta de propriedade dos meios de produção ainda se mantém e é o pilar da divisão de classes.

Sabe-se que não se podem demarcar as classes simplesmente pela propriedade da terra por não demonstrar a real divisão econômica, social e política da sociedade.

Assim, quando se propõe entender a disposição da classe no território por meio da relação de propriedade territorial, tem-se que ter o cuidado ao definir a classe pela posse de um bem ou sua falta. Pois, como elucida Oliveira (2006), a “autoconstrução” dos trabalhadores é a questão de fundo da posse de propriedade por parte dessa classe. A questão é que a casa própria do trabalhador significa a redução do custo da reprodução da força de trabalho.

Para Oliveira (2006) a acumulação do capital ainda se apóia na

autoconstrução. O exemplo desta situação é o crescimento ascendente do processo de periferização. Nota-se que as casas desses trabalhadores não são mercadorias, pois:

(...) o mercado imobiliário no Brasil só existe da classe média pra cima. Nas classes populares, não existe. É impossível existir, porque você está de posse exatamente daquilo que não é mercadoria. A casa não pode ser trocada, não tem valor de troca tem apenas valor de uso, a finalidade de habitar. (Oliveira, 2006, p. 4).

Essa forma de baratear a reprodução da força de trabalho é entendida em processos que vão além da autoconstrução, como é o caso do financiamento, e ajuda a explicar por que os trabalhadores detêm propriedades territoriais. Ter uma propriedade por si só não define o lugar de classe, mas sim a relação que se estabelece com a propriedade.

Tendo o entendimento de que a formação e divisão das classes se dão em um processo prático, moldado na interação entre os próprios homens e os objetos, é que se valoriza o olhar para a subjetividade e a objetividade existentes no processo de divisão e reprodução das classes. Mediante este entendimento, o próximo item investe na construção de categorias definidas a partir da fala dos entrevistados

2.2 - Segregação Sócio-Espacial: Delimitações

Na análise de dados optou-se por trabalhar com algumas categorias que se destacaram nas histórias de vida. A opção se deu por se tratarem de categorias em que foi possível perceber uma hierarquização que acaba delimitando territórios ou que criam diferenciação dentro de um mesmo. Diante do entendimento de que um território não é constituído por uma delimitação geográfica, mas pelas práticas sociais, podemos afirmar que a região estudada possui vários territórios.

O território se compõe através de um processo de exclusão, isto é, de segregação. Através das entrevistas foram elencadas algumas categorias como sendo propiciadoras da segregação sócio-espacial, a saber: propriedade, raça, trabalho e educação.

Campos (2006) traz considerações importantes acerca da segregação sócio-espacial. Para ele alguns estudos sobre o território urbano tendem a compreendê-lo como sendo homogêneo. Isto quer dizer que há uma forte tendência de definirmos os territórios como sendo uniformes no seu interior, o que elimina a diferença e o conflito. É como se falássemos que os sujeitos experimentam a pobreza da mesma forma ou que os pobres são iguais, descartando assim as particularidades dos grupos sociais e dos próprios sujeitos. Para poder se aproximar da realidade das coletividades, é preciso não paralisar nossas análises no entendimento de que a segregação sócio-espacial é somente formada pela divisão das classes ou entre pobres e ricos. O entendimento de que a segregação sócio-espacial se dá pela divisão de classes é o primeiro passo para a compreensão da hierarquização do espaço urbano e a formação dos territórios, mas por si só não permite compreender as segregações que existem dentro de cada território. As segregações se dão a partir de hierarquizações, quer dizer, por meio de um processo classificatório.

Se não houvesse tipos de hierarquizações presentes dentro do próprio território, seria mais fácil identificar laços de pertencimentos e unidade. Entretanto, as classes sociais e os territórios têm em comum a hierarquização realizada por construções históricas, baseadas na diferenciação e no preconceito, como elemento de heterogeneidade. Não se trata de negar a unidade presente no plano global desses dois conceitos, mas de afirmar a histórica presença das hierarquias na sociedade que levam à demarcação de grupos sociais e criam a sua segregação no espaço urbano.

A hierarquização pode ser percebida, na sua relação direta com o processo de segregação social, no trabalho de campo que foi realizado. É possível tanto para nós como para os entrevistados levantarmos as mais variadas hierarquias que fazem parte das suas vidas, conforme demonstram as categorias trabalhadas nos próximos itens.

Propriedade

A construção histórica da propriedade privada permitiu que tivéssemos hoje uma sociedade que pode ser percebida através da classificação entre proprietários e não proprietários. Essa demarcação foi evoluindo com o tempo e atualmente não é uma dicotomia tão simples do ter ou não ter, mas características que circundam a propriedade ou sua falta.

Essa questão apareceu na pesquisa da seguinte forma: dois entrevistados possuem casa própria, um reside em casa financiada sem quitação das parcelas, um mora de aluguel, um a casa é cedida e um está na condição de usufruto.

“Não a gente sempre pagou aluguel a cada dia ta num lugar, cada hora num lugar, aqui que eu já to agüentando dez anos já...” (“M.”)

“(...) é própria? (pesquisador) (...) é do meu pai né, por enquanto é do meu pai, foi herança da mãe dele, mas vai ser minha”. (“S.”)

Esse quadro pode ser agrupado, na nossa visão, em: quatro têm casa própria e dois residem em casa alugada ou pagam prestações mensais do financiamento. Podemos dizer mais sobre a propriedade dos entrevistados: metade dos que possuem casa própria⁷ receberam-na de herança e, de todos os entrevistados, cinco são filhos de pais que tiveram casa própria. Porém, os entrevistado cujos pais não tiveram casa própria, não conseguiram adquirir a propriedade na sua fase adulta.

A questão da herança é presente na história da maioria dos entrevistados que possuem hoje uma casa, pois são residências que judicialmente estão na condição de usufruto entre irmãos, ou os pais possuem mais de uma residência e a cedem ao filho, mas esta não lhe pertence para fins de comercialização. Apenas um dos entrevistados (16,6%) diz possuir mais de um imóvel além daquele em que reside e o teria recebido de herança, demonstrando o valor de uso que a maioria dessas

⁷ Essa estatística se refere ao último agrupamento feito.

propriedades assume na vida dos trabalhadores entrevistados.

Adquirir uma casa não é fácil para a classe trabalhadora, principalmente para os que foram vivenciando uma degradação da qualidade de vida ao longo dos últimos tempos. Dessa forma, os próprios pais que tinham residência própria tiveram que se desfazer dela e não houve assim a possibilidade de herança para a geração de alguns entrevistados.

“(...) aí papai vendeu (...) a única casa que tivemos foi quando nós morávamos em Volta Redonda.” (“T.”)

O financiamento sempre foi entendido como uma forma de a classe média obter a casa própria e, segundo os entrevistados, essa classe é a única realmente que faz uso dos financiamentos, pois os trabalhadores acabam se deparando com esta realidade:

“(...) aonde que uma pessoa assalariada vai conseguir uma casinha? (...) lote eu consegui várias vezes na prefeitura e eu disse: passa a régua porque o lote vai olhar para mim eu vou olhar pra ele e não vai dar em nada (...)” (“T.”).

“(...) porque não dá se pagar aluguel, prestação de terreno aí depois vem material aí complica” (“M.”).

A prefeitura de Juiz de Fora tem uma empresa habitacional, a EMCASA, que constrói na cidade conjuntos habitacionais em pontos diferentes e distantes do centro, que se justifica na lógica empresarial pela dificuldade de se encontrarem terrenos baratos nas regiões centrais. Essa lógica não é típica de Juiz de fora, mas da política habitacional que sempre se utilizou dessa estratégia de segregação sócio-espacial, que não só leva os trabalhadores para as áreas periféricas, mas vendem para eles moradias precárias, com durabilidade pequena e pouca infraestrutura.

Essa situação é constatada na fala de uma entrevistada que adquiriu sua moradia pela EMCASA:

“Quando eu vim não tinha água nem esgoto, ainda não tava pronto, mas começaram a entregar as casas e assim que fizeram a chamada eles começaram a cobrar as prestações daqui (...) eu sou assalariada como é que eu ia pagar lá embaixo e aqui em cima (...) vim com a cara e a coragem sem água, sem esgoto, não podia usar o banheiro, usava sacola plástica, pegava água da obra, aquela caixa de água aí na frente não estava pronta depois o caminhão pipa passou a entregar pra gente (...)” (“T.”).

Nenhum dos entrevistados ocupou irregularmente a propriedade em que habitam. Entretanto, muitos foram os relatos sobre esse processo, que está presente no cotidiano da maioria dos entrevistados. Morar em áreas invadidas, ou próximas a elas, faz com que os entrevistados tenham uma visão peculiar sobre o processo de invasão e dos invasores, como nos mostram esses relatos:

“Teve muita invasão, muita invasão. Porque as maiorias das pessoas queriam vir pra cá depois que já tivesse água e luz e essa população carente porque aqui é, as pessoas que compravam queriam água e esgoto já pronto. Mas tem milhões aí fora que não tem onde morar, aí quê que fizeram: as casas que estavam vazias foram arrombando e foram entrando. Infelizmente são pessoas que eu vou te falar não merecem não, tem muitos que invadiram e que merecem ficar e deveriam conseguir até de graça, mas tem muitos que deviam sumir, não fazem por onde melhorar, infelizmente. Porque tem os dois lados (...) é muito difícil mesmo porque vamos supor, eu não tenho onde morar tenho três, quatro crianças tudo pequenininho, achei essa casa fechadinha roubei, entrei e fiquei. Eu não queria ser juiz nem por um segundo, não pelo adulto, ele que fez ta errado, mas pelas crianças que não sei onde vou colocar, nosso prefeito vou te falar, vai e volta, fala uma coisa e faz outra, não que ele seja ruim ou bom é que o negocio é tão grande, *um parasita tão grande que não tem como frear*. É difícil mesmo de controlar”. (“T.”)

“(...) é que antes as pessoas ali não invadiram igual é hoje, as pessoas respeitavam mais eles moravam às vezes numa casinha ruim e tudo, mas não invadia, se fosse hoje tinha invadido, tinha casa pra tudo conté lugar, antigamente o pessoal respeitava mais.” (“L.”)

Esses entrevistados possuem uma moradia regular, porém fazem parte de um território que sofreu o processo de invasão, sendo instigante como para eles isso se torna um parâmetro classificatório. Dessa maneira, ser invasor se torna um fator de diferenciação entre sujeitos que utilizam os mesmos objetos e serviços e vivenciam a mesma falta. Suas casas possuem arquitetura similar, o meio de transporte não diferencia, sofrem a mesma falta de equipamentos públicos e comungam da mesma opinião sobre o Estado. Porém, culturalmente se enxergam como diferentes:

“Eu estranhei não foi o bairro não; porque quando era criança o bairro onde morei não tinha chegado o asfalto também, lembro da época que eu tinha 12, 13 anos que eu enfrentava dois ônibus para ir pro serviço, quantas vezes eu carreguei água pra dentro de casa, tudo bem. O que me estranhou foi a educação do povo. Porque eu sou pobre, nunca fui rica, sempre dei duro, mas eu tinha educação para conversar com as pessoas, eu sempre tive, graças a Deus, isso aí me chocou. Eu estranhei muito.” (“T.”)

Todos os trabalhadores realizam estratégias para alcançarem a moradia, o que é uma unidade entre eles, mas a forma conforme ela se dá acaba sendo uma

diferenciação. Elas existem e fazem parte da singularidade de cada sujeito, é o que particulariza a sua história. Sendo assim, cada entrevistado relata um caminho para solucionar a questão da moradia, mas a questão é a mesma: dificuldade de ter acesso a ela. Para alguns a dificuldade de acesso pode ser considerada menor, como é o caso da entrevistada “S.” que sempre morou na casa cedida pelos seus pais e que provavelmente será herdada por ela, mas mora em uma casa simples e não pode afirmar legalmente que é uma propriedade dela; ou no caso da “C.” que só conseguiu ter a casa própria há quinze anos. Antes morava na casa do sogro. Essas duas entrevistadas foram claramente beneficiadas pelo processo de expansão da região que levou a uma crescente valorização da área em que moram, como veremos mais à frente.

O sonho da casa própria não é apenas um *marketing* da construção civil. Para os trabalhadores, principalmente no Brasil, adquiri-la é uma forma de resguardar a família nos momentos de maior dificuldade e representa a diminuição do custo com a reprodução material, como podemos observar na fala dos entrevistados:

“Ontem mesmo eu disse: poxa vida! A mãe lutou tanto par conseguir uma casa pelo menos pra deixar pros meninos porque vai passando de geração pra geração (...) os meninos ficam, mãe! Volta lá pra baixo, eu? Voltar a pagar aluguel eu vou pagar uma coisa que vai ser minha, amanhã na hora que eu morrer vocês continuam pagando, depois que eu liquido é de vocês.”
 (“T.”)

“(...) eu pego a escritura, mas não no meu nome no dos meus filho, que eu tenho três, aí depois que eu morre, o pai deles morre, eles briga que eu não to nem aí, por isso que é bom cê pobre não tem nada pra deixar (risos)”.
 (“M.”)

Raça

A questão racial não foi inicialmente um foco deste estudo, mas, após o contato com os entrevistados e suas histórias de vida, ela se tornou um elemento muito importante na análise da relação classe e espaço.

O que nos chamou a atenção em um primeiro momento foi a grande concentração de pessoas da raça negra na região que compreende os bairros Martelos, Nossa Senhora de Fátima, Adolfo Vireque e Casablanca. A Região Oeste

ou Região de São Pedro é marcada pela colonização alemã e por isso esperava-se que os moradores mais antigos e a grande maioria dos que moram atualmente nessa região fossem de pessoas descendentes dessa etnia.

A pesquisa de campo nos mostrou que os negros habitam a área central da região há muito tempo, tanto que uma das entrevistadas de cinquenta e cinco anos de idade mora na mesma casa há duas gerações e grande parte de sua vizinhança é negra e residem lá num período de tempo bastante longo. Não foi possível saber ao certo como se deu o processo de chegada dos negros, mas percebeu-se como a questão racial se apresenta fortemente na região.

Para Campos (2006), segregação sócio-espacial e discriminação compõem um mesmo quadro social que é completado pela pobreza. Na sua visão, a pobreza dos afro-descendentes está baseada em duas vertentes. A primeira se direciona ao estorvo da posse de terras, trata-se do pressuposto de impedir os afro-descendentes a possuírem propriedade para bloquear a acumulação de bens, evitando assim que eles façam parte da classe média. A segunda centra na tardia inserção dos afro-descendentes no mundo urbano-industrial devido à ideologia de superioridade dos trabalhadores imigrantes vindos da Europa.

O resultado dessas duas vertentes é a pobreza estrutural da raça negra no Brasil que tem na habitação precarizada uma de suas expressões. Não se trata de uma pobreza ligada apenas à privação material, mas à exclusão de um modo de vida. (Campos, 2006). Num país como o Brasil, em que a discriminação racial é historicamente um fato concreto, a segregação sócio-espacial tem na discriminação uma forte razão.

A tríade segregação sócio-espacial, discriminação e pobreza são perceptíveis no trabalho de campo, tanto que os negros se concentram na sua maioria em uma área da Região Oeste que possui as características de uma zona ocupacional dos pobres. A área é marcada por invasões, violência, tráfico de drogas, moradias precarizadas e baixa infra-estrutura, sendo a última característica exceção apenas na localidade central, que é via de acesso aos condomínios residenciais e muito próxima à Universidade Federal de Juiz de Fora.

“(...) pra te falar a verdade se não tivesse feito a Universidade isso aqui tava bem atrasado, se não fosse a universidade (...)” (“L.”)

Dos entrevistados, metade são afro-descendentes e apenas um deles não

mora na região mencionada. A entrevistada que não reside na área considerada majoritariamente de afro-descendentes é a “L. F.”, que, como relatado anteriormente, se casou com uma pessoa branca e nos parece que o momento em que mais sofreu preconceito na sua vida foi quando resolveu se relacionar com essa pessoa de aparente descendência européia.

“(...) ocê fica namorando ele que alemão não gosta de preto não! na hora que você chega lá em São Pedro eles vão te pô pra correr, aí eu tinha medo.” (“L. F.”)

No caso dos entrevistados afro-descendentes, apenas um deles não possui propriedade, que é a “M”. Ela apresenta um histórico de ausência de propriedade em relação a sua família e não demonstrou uma perspectiva de conseguir adquirir uma casa. Já “L.” mora na casa que foi de seus pais e divide o terreno de aproximadamente 150 m² com mais três irmãos. A propriedade da família da “L. F.” também foi adquirida na condição de herança. A casa em que hoje reside uma de suas filhas é propriedade de mais quatro irmãos e sua residência atual em São Pedro é herança da família de seu esposo.

Em relação ao trabalho, parece que a ideologia que divulgava a superioridade dos brancos para executar determinados trabalhos e que criou uma relação de trabalhos subalternos como sendo “trabalhos de negros” está presente na história familiar dos entrevistados afro-descendentes. As três entrevistadas *sempre* trabalharam como empregadas domésticas. Suas mães e avós só exerceram dois tipos de atividades ocupacionais, lavadeiras e empregadas domésticas. Ocupações estas que se complementam e se localizam nos afazeres domésticos exercidos pelas escravas e pertencem a um quadro de atividades subalternas.

Nesse sentido, localização geográfica, propriedade e trabalho apontam para um contexto de discriminação racial que resulta na segregação sócio-espacial de uma raça, que como dito anteriormente, se entrelaça no Brasil com a pobreza. Isto leva à reflexão de que a dimensão territorial ao ser estudada no Brasil não pode perder de vista a relação estrutural entre pobreza e raça.

Trabalho e Educação

A Região de São Pedro sofreu um processo de urbanização bastante tardio

se comparado ao tempo de início nas demais regiões da cidade. Trata-se de uma região antiga, mas que teve seu processo de urbanização recente, mantendo até hoje características rurais em algumas áreas.

Acredita-se que a demora nesse processo, que se iniciou somente a partir dos anos 70 com a construção da UFJF, tenha rebatimento na análise sobre a condição de trabalho dos moradores dessa região. O fato de a urbanização ter sido fruto, num primeiro momento, da construção de uma unidade de ensino e posteriormente dos interesses do setor imobiliário – que diante da falta de terrenos para a construção de moradia de luxo para classe média alta próxima ao centro - passa a investir em uma região marcada por atrativos naturais – acabou por criar um panorama ocupacional peculiar.

É possível afirmar que a região estudada, ao contrário de outras regiões da cidade de Juiz de Fora, nunca vivenciou a condição operária, isto é, não há uma herança proletária na região. Provavelmente a dificuldade de se ter formado um agrupamento profissional que tivesse características operárias na região esteja centrada na ausência de um contexto urbano-industrial. Para essa ausência temos como indicações a falta de interesse do setor público e imobiliário e também a presença de colonos proprietários que auferiam seu sustento da terra.

Os entrevistados⁸, na sua quase totalidade, estão trabalhando ou já trabalharam antes de se aposentar no setor de serviços, incluindo todas as gerações envolvidas. As ocupações /atividades que encontramos hoje entre os entrevistados são: dois auxiliares de serviços gerais, três executam biscate, um carpinteiro, um ajudante da construção civil, uma empregada doméstica, um electricista, oito estudantes, duas do lar, dois pedreiros, uma pensionista do INSS, dois em serviço militar obrigatório e um técnico em enfermagem. Somente um membro das famílias entrevistadas não realizava nenhum tipo de atividade ou ocupação no período da pesquisa.

As ocupações mencionadas possuem baixa valorização social e a maioria delas exige pouca qualificação profissional. Pode-se dizer, assim, que o contexto de trabalho em que os entrevistados se inserem é a dos trabalhadores não qualificados do setor de serviços e da construção civil. Apenas em uma das ocupações citadas há exigência de qualificação ao nível de ensino técnico, a saber, técnico em

⁸ Considera-se neste momento as seis entrevistadas e as pessoas que compõem os seus núcleos familiares.

enfermagem.

Das entrevistadas que se encontram atualmente realizando apenas os afazeres domésticos, metade trabalhava como empregada doméstica e de todas que já realizaram ou realizam essa atividade as mães exerciam o mesmo trabalho. Presencia-se nessa constatação um enraizamento histórico dessas famílias na prestação de serviços e principalmente nos trabalhos domésticos. Estamos falando de famílias de trabalhadores que provavelmente nunca se inseriram diretamente no setor produtivo, o que pode representar um distanciamento da identidade profissional estabelecida pela condição operária.

Parece que o vínculo de classe entendido através da divisão do trabalho é mais difícil de ser identificado, já que as relações de trabalho apresentadas se dão em sua maioria distante da convencional divisão industrial entre patrões e empregados. Alguns dos entrevistados são os próprios negociadores do seu trabalho, ou seja, os pedreiros, carpinteiros, eletricitistas, dentre outras ocupações, costumam negociar individualmente com os contratantes as condições do seu trabalho. Entretanto, isso não representa melhores condições salariais ou de trabalho, mas significa que esses acordos não são feitos em meio a uma coletividade, quer dizer, um agrupamento profissional em um espaço determinado, um espaço de produção. Disso resulta o entendimento de que a identidade operária é para os entrevistados dessa pesquisa de uma complexa visualização.

No tocante à educação constatou-se que os pais – a geração entrevistada – não detêm uma escolarização avançada, pelo contrário, a média de estudo não ultrapassa o ensino fundamental.

Entre os filhos a média de ensino é maior e muitos deles estão com o processo de escolarização em curso. Contudo, não podemos dizer que houve um grande avanço educacional entre os filhos, principalmente analisando esses dados em conjunto. Além disso, há de se levar em consideração o crescimento da escolarização entre os brasileiros.

A educação ainda está no horizonte dos trabalhadores que enxergam nela a possibilidade de ascensão do agrupamento familiar. Ela significa um investimento que poderá trazer a mudança e quando ela não é possível de ser acreditada é pelo menos a esperança de manter o padrão de vida dos filhos.

A fala dos depoentes nos apresenta o valor que é creditado à educação por eles e que provavelmente provém das exigências impostas pelo mercado de

trabalho:

“ por causa do serviço porque não tem serviço sem estudo igual o pai dele fala até pra ser lixeiro tem que ter estudo segundo ano né? Segundo grau porque ta tudo difícil”(“L. F.”)

“Eu não cobro dele só mostro que a vida é muito difícil sem estudo, mesmo a pessoa formada e tudo ta difícil arrumar emprego (...) porque tudo que procura tem que ter o segundo grau, o ensino médio, tudo quanto é curso até pra trabalhar de faxineiro do Bahamas” (“C.”)

“(...) o estudo nem pensar em deixar também aí eu acho (...) que seria mais garantido, né (“S.”)

Num contexto de desemprego crescente, no qual os investimentos na educação a fim de alcançar formação profissional nunca se demonstram satisfatórios, o prolongamento da vida escolar se apresenta como necessário para atingir o mercado de trabalho. Trata-se de um mercado altamente excludente que exige a credencial escolar como principal requisito, mas essa não assegura um posto de trabalho. Todos os filhos dos entrevistados cursaram ou cursam escolas públicas e mantê-los nela o maior tempo possível parece ser a herança que buscam ofertar. Porém, nem sempre é possível, como é colocado pela “M.”: “a mãe dessa menina fez até o terceiro científico nois não tivemos condição de pagar um curso pra ser alguém na vida hoje ela é doméstica”.

No caso dos filhos dos entrevistados que se encontram trabalhando, aumentar o tempo de escolarização não representou ascensão profissional em relação aos pais:

“Coitado! Esse mais velho é igual eu falei com ele se ele tivesse estudado tivesse continuados os estudos (...) igual eu falo lavo as roupa dele é pura graxa falo: Oh meu filho! Porque você não estudou pra ser alguém na vida foi ser pião igual o seu pai, *a mesma coisa.*” (“M.”)

Nos casos analisados, o horizonte de projeção dos filhos se baseia primordialmente na educação. Seja no aspecto de segurança promovida pela inserção no meio educacional ou pela falta desse investimento que exige estratégias para superá-la. Duas entrevistadas, “C.” e “S.”, se mostram otimistas em relação ao futuro dos filhos, justificando este entusiasmo através do bom desempenho deles no meio escolar.

“C.” relata com muito orgulho o desempenho escolar que os filhos estão

tendo, principalmente sua filha mais velha que faz o curso de enfermagem na UFJF. Além disso, aposta também no filho caçula que nas palavras dela:

“(...) vai fazer educação física que ele tá querendo fazer que ele tá no segundo ano do PISME, né? Que ele foi bem apesar de não ter que pagar escola porque é pelo Estado que ele estuda e saiu bem, que ele é muito inteligente, (...).

Porém, o filho “do meio” é o que mais vem preocupando a família, já que não quer fazer faculdade, mas estão incentivando-o a fazer um curso técnico como o pai, pois acreditam que também é uma profissão rentável e que exige menos tempo de estudo. Mesmo assim não descartam que posteriormente seja feita uma faculdade – “ele faz qualquer curso técnico depois à medida que melhorar é só estudar depois e fazer uma faculdade”. Observa-se que a filha de “C.” está buscando a mesma área de atuação do pai, contudo, se serve de uma escolarização maior, o que leva o pai a pensar num desempenho melhor que o dele, como é dito por “C.”:

“(...) meu marido sentiu todo cheio, sabe? Ele acha que enfermagem é um leque que você pode dar aula, tem várias coisas que você pode fazer, né? Ele ficou muito feliz.”

“S.” também projeta o futuro dos filhos por meio da educação. É colocado por ela que o filho mais velho, “t.”, já está praticamente encaminhado, pois está terminando o curso técnico de eletrotécnica. O pai de “t” trabalhou a vida inteira como eletricitista e aprendeu o ofício com um vizinho, mas não possui cursos profissionalizantes na área, já que faz parte de uma geração em que o mercado de trabalho priorizava mais a experiência no serviço do que a escolarização. Para “t” a escolarização se torna indispensável, tanto que o curso técnico parece não suprir as exigências do mercado de trabalho e por isso a mãe diz que será bom se ele fizer uma faculdade de Engenharia depois que começar a trabalhar. O filho mais novo tem quinze anos e está cursando o ensino médio. Quanto a ele, os pais vêem uma possibilidade de ascensão que pode se desvincular da escolarização, pois ele é jogador de futebol amador e está tentando se profissionalizar no esporte. Porém, a mãe é enfática em não permitir o abandono dos estudos, pois para ela, só o estudo proporciona uma segurança que a carreira de jogador não pode ofertar.

Uma das entrevistadas, “L. F.”, fala que acha que os filhos vão continuar os estudos e seguir boas carreiras como jornalista e médico, menos o filho caçula que

não quer continuar estudando e por isso ela aposta que ele será um “campeão” no ramo do esporte “montan-bike”. Ao conversar com suas filhas após a entrevista, a mais velha deixou claro que sempre disse que seria jornalista, mas que o sonho se tornou distante diante da dificuldade de se entrar em uma universidade. No momento ela está pensando em investir num curso técnico, porém relata que serão muitas as dificuldades na disputa por uma vaga para o Colégio Técnico Universitário da UFJF e que se sente bastante desestimulada a tentar.

A “M.” faz planos de que sua filha consiga um trabalho melhor e que aproveite a estabilidade que está tendo – carteira assinada – para investir num curso de cabeleireira, a fim de que possa conseguir uma profissão melhor. Nas suas palavras a filha: “tem vontade de ser assim uma coisa melhor, não digo que doméstica não é profissão, que é sim, sendo digna, é profissão”. Quanto ao filho de 27 anos gostaria que tivesse estudado, mas como isso não aconteceu, ela diz que “pelo menos” ele tem carteira assinada e não está em má companhia, como acontece com muitos jovens que são seus vizinhos. Para o seu filho mais novo, de 14 anos, ela gostaria que arrumasse um lugar para “colocá-lo” e como ele não tem idade para trabalhar nem precisava ser remunerado, porque o que realmente deseja é uma ocupação, pois receia seu envolvimento com as drogas.

“T.” fala que busca para os seus filhos a “aposentadoria” referindo-se ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Os seus dois filhos possuem uma deficiência que os impedem de reter informações e por isso não conseguem concluir os estudos. Ao entrar com pedido para obtenção do benefício, teve-o negado devido a sua renda ser maior que a exigida, já que ela é aposentada com um salário mínimo. Dessa forma, ela entrou na Defensoria Pública para tentar conseguir judicialmente o benefício, pois receia pelo futuro dos seus filhos após sua morte. Seus filhos costumam fazer biscates na região, mas só é possível quando trabalham com pessoas que lhe passam o serviço cotidianamente, por causa da deficiência relatada anteriormente.

A entrevistada “L.” tem dois filhos estudando, “A.” e “E.”. O seu filho “A.” tem 25 anos e trabalha em uma fábrica de biscoito, mas faz à noite curso preparatório para o vestibular e “E.” está cursando o ensino médio e presta serviço militar obrigatório. A sua filha “F.” de 26 anos é deficiente auditiva e, por dificuldades de levá-la para prosseguir os estudos, ela cursou só até a quarta série do ensino fundamental. Contudo sua mãe coloca que: “pra ela é até mais fácil arrumar serviço

que pros meninos pelo fato dela ser deficiente as pessoas nem exige tanto, né?”. A entrevistada se mostrou durante a entrevista bastante angustiada com o futuro dos filhos e falou em diversos momentos sobre o temor de que a vida deles seja igual à dela:

“(…) pra eles eu queria o melhor, um bom emprego uma vida diferente da minha entendeu? Eu queria coisa diferente pra eles eu peço a deus que isso aconteça. O que eu pude fazer até aí, que tava ao meu alcance, eu fiz, agora eles tem que correr atrás pra melhora eu não quero uma vidinha paradinha assim não, eu quero que faça alguma coisa na vida, suba, entendeu?” (“L.”)

A mobilidade social está intrinsecamente ligada à mobilidade espacial e assim a educação permite a essas famílias falar de um espaço diferente para os filhos do que é ocupado hoje. Na fala dos entrevistados é colocado que eles não desejam que seus filhos mudem da região e sempre justificam essa vontade pela rede de sociabilidade e confiança que foi estabelecida nesse espaço. Mas querem que eles mudem de casa, de emprego, na fala de uma das entrevistadas de história. No trecho a seguir é possível captar esse sentimento de mudança que eles anseiam para os filhos.

“Igual eu te falei nessa casa mesmo porque eu acho que eles não vão sair pra comprar lá fora não. Se cada um saísse comprasse um terreninho mudava um pouco a história mais eu acho que a história vai continuar vai ficar pra neto(…) fazer alguma coisa diferente porque até agora foi só assim de pai pra filho agora passa pra neto eu acho que tinha que mudar um pouco, fazer alguma coisa diferente arrumar um serviço, comprar um terreno bom, vão vê (…) tomara que Deus ajuda, que filho geralmente hoje fica mais com aquilo que é dos pais não corre muito atrás principalmente se a gente tiver pouco filho e dê pra fazer pra todo mundo que dá pra construir eles ficam ali mesmo não vão construir não, corre atrás de nada e aqui em casa não vai ser diferente.” (“L”).

2.3 - Estado e Organização do Território no Cotidiano

Examinar a rotina dos entrevistados, as atividades de lazer e trabalho realizadas, as formas de associação, foi uma maneira escolhida para identificar a relação de envolvimento destes com o território. É no cotidiano que as possibilidades e o seu contrário se apresentam e solidificam a vida num espaço concreto. Trata-se de atividades rotineiras ou esporádicas que acabam localizando o entrevistado e reafirmando a sua ligação com aquele território.

Após a pesquisa constatou-se que todos os entrevistados concentram a maioria das atividades na Região Oeste e dizem que se deslocam até o centro da cidade apenas para adquirirem algum objeto ou serviço que não exista na região, ou ainda, que se encontram com o preço mais baixo que na região onde moram.

Sobre a participação em movimentos sociais, ou associações, a adesão é nula por parte dos entrevistados. Apenas uma entrevistada mencionou já ter participado de uma associação para deficientes auditivos. Entretanto, a maioria (66,6%) menciona a participação regular nos finais de semana na Igreja do bairro.

Para analisar a presença do Estado na vida dos entrevistados e preferencialmente no que diz respeito à Região Oeste, foram realizados questionamentos através de um sistema de comparação. Realizou-se essa metodologia para que fosse captada nas respostas a visão dos entrevistados a partir de uma dimensão espacial, isto é, perceber se na visão deles há uma diferenciação de territórios no que se refere à infra-estrutura e serviços que são impulsionados pelo Estado. Uma análise comparativa exige que o entrevistado conheça outras regiões ou que tenha informações sobre elas. No caso das respostas a partir de informações, elas correm o risco de serem moldadas por um discurso que é pronunciado por agentes externos e que possuem interesses próprios. Essa situação se deu com uma das entrevistadas que nos relatou a presença do Estado nas outras regiões a partir do que ela assistia na televisão, precisamente nas campanhas da prefeitura municipal.

“(...) eu acho que sim porque eles melhoraram tanta coisa aqui e a gente vê na televisão também que feiz em outro lugar é igual eu falo quanto mais eles faiz nem sempre as pessoa dá o valor que eles merece” (...) (“L. F.”)

Ao serem questionados se as ações que o Estado, na suas três esferas,

realiza no bairro em que moravam, era a mesma que a dos outros bairros da Região Oeste, foram obtidas as seguintes respostas: uma diz não poder realizar a comparação por não conhecer a Região Oeste perfeitamente - “falando diretamente da Cidade Alta não sei, agora que vim pra cá; uma acredita que é dispensado o mesmo tratamento entre os bairros da Região Oeste; quatro delas afirmam que ocorre diferença nas ações implementadas pelo Estado, sendo consenso para esses entrevistados que os bairros posicionados no centro da região ou os condomínios possuem uma atenção especial.

“Não tem região que é muito pior quem mora aqui ainda é felizardo”.(“S.”)

“(...) eu acho que esse bairro nosso é mais visado ainda que você tá no meio do bairro aqui, né? Acho que é mais olhado assim, acho que ele é bem, acho que os outros têm que reclamar com essa relação”.(“C.”)

É apontado também nas falas, a partir de que fatos a localidade central se torna preferência das ações do Estado:

“(...) porque aqui mais pro centro é bem mais caprichado, mais bem feito que lá pra cima que é sufocado lá pro Santos Dumont, quando a gente passa é bem ruinzinho (...) na hora que fizer alguma coisa lá pra cima mais importante aí arruma mais, eles arruma não é pra gente não eles vê mais o lado deles, lá eles tão fazendo nada pra benefício pra gente não, mais é pros rico.” (“L.”)

“(...) esses outros bairros não tem nada, agora quem mora no miolo do bairro igual lá pra baixo, perto do campo, tem várias opções, né?

“(...) é muito difícil eles coloca uma Ação global, só coloca lá na Universidade olha a distância! Se tem uma diversão, um domingo no Parque você tem que descer até a universidade”. (“M”)

“Igual em termos de saúde tem a UBS dali de Santos Dumont e quem mora em bairro afastado? Porque tem muito bairro aqui que foi abrindo assim em volta do São Pedro, né? (...) agente costuma andar por aí e a gente vê nossa que aqui agente mora bem quem mora mais afastado, nossa mãe!” (“S.”)

Quando questionados sobre a distinção no tratamento entre as regiões do município, 50% dizem que é explícito o maior empenho do Estado na região central da cidade ou na Região Sul. Como é percebido no depoimento da “M.”

“(...) governo quer ver centro de cidade bonito, ele não tá olhando pro lado dos pobres, dos humildes não, cê pode vê eles arrumam a praça do Bom Pastor, a Avenida Rio Branco, o carnaval é sempre lá cê não vê nada, cê

fala assim ah no bairro Santa Rita tem tal atividade é muito difícil (...) é difícil, uma pracinha sabe? Pra de noite levar as criança igual cê vê no São Mateus tem, no Bom Pastor tem , aqui não tem. Aqui tá precisando mesmo é de uma pracinha igual o Parque Halfed, tem muito lugar. A verdade é que aqui não tem é nada!”.

A duas perguntas anteriores são acompanhadas de uma série de exemplificações e queixas que demonstram a forma de eles perceberem as ações do Estado e o serviço mais apontado como deficitário é a saúde acompanhada da educação.

“(…) ta uma ‘porcaria’ tive que levar o meu sobrinho era umas 4:00 h o pediatra já tinha ido embora tivemos que levar o menino lá embaixo (...) num tem Estado num tem prefeito num tem ninguém fazendo nada não (...) pra gente que é pobre a prioridade eu acho que é a saúde né? Num tem então num tão fazendo nada que presta não.” (“L.”)

“Ah deixa muito a desejar, principalmente em relação à saúde (...) Ela (escola) não ta dando vazão mais porque a população cresceu muito como é aquele lado lá Caiçaras, Parque São Pedro a escola não ta dando conta (...) igual eu falo em saúde e educação tem muito que melhorar pra mim. Eu fico pensando nos que vão precisar os meus graças à Deus, mas que deixa muito a desejar deixa.” (“S”)

“Olha o Estado esta deixando a desejar né, que o Estado está nos devendo uma escola do ensino médio que aqui em cima pertinho do curumim aqui já tem o lote pra construir a escola.” (“C.”)

“ O ruim aqui é realmente que não tem estrutura direito, num tem escola, num tem posto de saúde, tinha que ter aqui em cima pra gente é muito longe pra ir lá embaixo tem que ter dinheiro pra ônibus a gente é pessoa que não tem dinheiro pra nada não”. (“T.”)

A fala da entrevistada a seguir é a única que faz uma avaliação positiva das ações do Estado no seu bairro e na Região. A percepção positiva se refere à sua vivência particular, que percebe nas obras do governo uma possibilidade, ou já uma realidade, de empregabilidade de seus conhecidos. Na fala não tem ao certo uma avaliação de um serviço específico. Além disso, a entrevistada relata as ações, como a criação da policlínica, como algo que não existia há 29 anos e por isso representa um avanço.

“Ah ta muito bom ta dando emprego através das obras igual a policlínica ali muito boa que ta fazendo aqui perto da gente porque muita gente desempregada agora com essa policlínica ali ta cheio de gente conhecida que não tinha trabalho.” (“L. F.”)

Um serviço avaliado em todas as entrevistas foi o transporte. A escolha por

esse serviço aconteceu devido ao impacto que ele tem na reprodução material dos trabalhadores e a influência do Estado sobre este. O uso do transporte coletivo é unânime, todos os entrevistados fazem uso, mesmo os que descrevem outros meios de locomoção. Podemos dizer que todos utilizam ônibus e além dele dois entrevistados usam carro e um mencionou o uso de moto. Os entrevistados que usam o carro não fazem dele o principal meio de condução, mas sim uma opção a mais para os fins de semana. Já a moto é usada por um membro da família da entrevistada como meio de se locomover até o trabalho.

A avaliação sobre o serviço é diversificada e foi possível perceber que os moradores das regiões centrais que são servidas por um número maior de linhas é quase sempre positiva.

“A gente ta bem servido porque antes era um São Pedro só, agora a gente tem cinco linhas ou seis, ta bem servido”. (“L. F.”).

“É bom principalmente onde eu moro passa várias linhas e eu posso pegar qualquer um, eu não passo esse problema não”. (“L.”)

“ (...) quem usa realmente passa muito aperto o bairro pelo que cresceu a população deveria ter porque de manhã nossa mãe! Da pena de vê o ônibus quando passa aqui lotado, já não deve ser mole né (risos) você trabalhar de manhã já com o ônibus lotado. (“S.”)

Já os residentes em áreas mais afastadas tendem a avaliar o serviço como sendo de má qualidade ou insuficiente como relata a “M.”: “se eu pego Morada do Serro ele leva o pessoal lá em cima, vai no Casablanca, Serro Azul pra depois deixar a gente aqui”. Essa linha é a única que passa na sua rua.

Avaliar o serviço positivamente não significa que ele é acessível. O custo da passagem se mostrou em várias entrevistas como um empecilho para a realização de determinadas atividades ou como um ônus muito grande para a família.

“Eu passei mal agora não tenho dinheiro mais, tenho médico a semana inteira lá em baixo e eu não tenho dinheiro pra passagem eu não tenho um ‘tustão’ (...) a maioria das meninas aí descem a pé, a condução nossa é a nossas pernas quando se ta podendo, mas eu não estou mais em condições de ficar andando”. (“T.”)

“Ah pra mim seria bom seria ótimo (se tivesse escola de ensino médio na região) que economizava passagem”. (“L.”)

Diante da dificuldade de ter acesso a esse serviço, são apresentadas por alguns entrevistados suas estratégias para conseguir usar o serviço ou diminuir a

freqüência de uso. No caso da “T” que tem dois filhos com deficiência mental e por isso possuem acesso gratuito ao meio de transporte é realizado por eles todas as atividades que o grupo familiar necessita, como “mercado e pagamento de contas”. O fato de morarem numa área muito distante da região central da cidade e do próprio bairro acaba por obrigá-los a fazer uso do transporte coletivo para a maioria das atividades.

Já “L. F.” disse após a entrevista, com muito pesar, que sua filha de 17 anos irá morar com parentes em um bairro mais próximo do centro. A mudança seria necessária no início do próximo ano letivo porque a família não pode custear duas passagens por dia e morando no outro bairro seria possível pagar apenas uma passagem. Por questões financeiras, “L. F.” irá ver sua filha apenas nos finais de semana.

É válido ressaltar que Juiz de Fora possui uma relação entre os bairros e o centro da cidade que lhe é peculiar. A relação tipicamente conhecida nas cidades de porte pequeno em que o setor de serviço se concentra exclusivamente no centro das cidades se apresenta com muita intensidade em Juiz de Fora, apesar de ser uma cidade de porte médio. O setor de serviços da cidade se concentra maciçamente na região central, havendo apenas alguns pequenos centros comerciais descentralizados, tanto que os entrevistados relatam a não existência de bancos, agências oficiais do correio, hospital, teatro, cinema, shopping e outros serviços. Além da falta dos serviços, o setor é um grande empregador da cidade o que movimenta grande contingente de trabalhadores para a área central. Sem levar em consideração o problema de tráfego que as vias centrais da cidade vêm sofrendo, a necessidade de ter acesso a esses variados serviços acaba obrigando os moradores, particularmente da Região Oeste, a fazerem uso do transporte coletivo para realizarem muitas de suas atividades.

Durante a entrevista foi mencionada por alguns entrevistados a construção da Avenida Marginal, que é a maior obra da prefeitura nos últimos anos na região. Ela faz parte do Plano de Planejamento Estratégico da cidade elaborado em 2000 que prevê que ela se torne uma via de acesso entre o Centro e a BR 040. Entretanto, a obra é bastante antiga como nos relata “S.”:

“(…) desde que eu me entendo por gente que eu ouvi falar que essa estrada ia sair, desde que eu nasci, eu lembro disso meu avô sempre falava assim: meu terreno vai até aqui porque tanto é da prefeitura porque aqui vai sair

uma Marginal, quer dizer, deve ter levado muito mais de cinquenta anos pra sair esse trecho”.

Contudo, não foi construído todo o trecho da avenida e, apesar de cruzar o bairro, ela não tem ainda conexão com a BR 040 e a obra está há bastante tempo parada. Nossos entrevistados não têm uma avaliação positiva dessa obra e foi possível colher alguns depoimentos:

“Eu acho sinceramente uma verba perdida que podia ser usada pra outra coisa porque quem usa essa estrada já estava usando a outra (...) eu acho que esse dinheiro né poderia ter sido usado na saúde” (“S.”).

“Primeiro que pra gente não ta beneficiando em nada aquilo não ta tendo benefício pra gente não, as casas ta rachando tudo porque num tem estrutura passa até caminhão pesado e não tem condição racha tudo (...) eu acho que é pra atender mais as pessoas do dinheiro, né? Porque pra nois não ta tendo benefício nenhum não” (“L”).

2.5 – O Mercado de Terras e a Estruturação Urbana: a Construção da Cidade

Identificou-se, com o auxílio do georeferenciamento de informações, a valorização ocorrida na região estudada e a avaliação de alguns serviços básicos. Foi feita uma análise da Planta de Valores Imobiliários da região Oeste do município de Juiz de Fora, construída pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Consta nela o preço do m² da área isótima, sendo usada como base para calcular o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Essa área é delimitada por coordenadas geográficas e sua demarcação é feita a partir de critérios próprios do poder executivo local que busca delimitar nessas regiões áreas com características semelhantes no que diz respeito ao seu valor comercial. Por isso, nem sempre um bairro e até mesmo uma rua fazem parte de uma mesma área isótima.

Na tentativa de auxiliar o leitor a visualizar as delimitações das áreas isótimas na região estudada foi feita uma demarcação dessas áreas em uma fotografia aérea da região referente ao ano de 2000, conforme mostra a figura a seguir.

Foram associados às coordenadas geográficas demarcadas acima valores monetários descritos na tabela a seguir:

Tabela 4. Valores dos metros quadrados em dezembro de 1991, atualizado para dezembro de 2005, valor em dezembro de 2005 e relação entre os valores para as áreas consideradas

ÁREAS	RE'S	VALOR DO M²			Relação (1)
		Dezembro de 1991	1991, atualizado para Dezembro 2005	Dezembro de 2005	
Aeroporto	73	Cr\$ 1593	R\$ 778	R\$ 4.925	6,3
Santos Dumont	367	Cr\$ 1593	R\$ 744	R\$ 2.450	3,3
Marilândia	368	Cr\$1060	R\$ 518	R\$ 2.463	4,8
Martelos	269	Cr\$ 1297	R\$ 633	R\$ 5.294	8,4
Adolfo Vireque	364	Cr\$ 1173	R\$ 573	R\$ 3.600	6,3
São Pedro	191	Cr\$ 1838	R\$ 897	R\$ 5.541	6,2
Santana	415	Cr\$ 1601	R\$ 782	R\$ 6.850	8,8
Caiçaras	192	Cr\$1202	R\$ 587	R\$ 979	1,7
Novo Horizonte	4	Cr\$ 1137	R\$ 555	R\$ 3.009	5,4
Bosque do Imperador	159	Cr\$ 1348	R\$ 658	R\$ 3.267	5,0

(1) Relação entre o valor de Dezembro de 2005 e o valor de 1991 atualizado para dezembro de 2005

Fonte: Planta de Valores da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Esses dados mostram primeiramente que houve uma valorização significativa da região entre os anos de 1991 a 2005. As áreas demarcadas no mapa correspondem àquelas que já existiam em 1991, sendo retirada do mapa a RE Alto Sumaré por falta de informações sobre ela no CENSO de 2000. No projeto de dissertação mencionou-se a utilização da década de 70 na análise dos dados, contudo, foram poucas as áreas delimitadas na época o que permite pouca interpretação da atual configuração urbana da Região Oeste. Por esse motivo os dados dessa década não foram usados na análise.

A valorização se deu em todas as áreas isótimas escolhidas, notando-se algumas relevantes variações. Percebe-se que a área isótima mais valorizada é a “RE Santana” que valorizou quase oito vezes mais do que o valor esperado para o ano de 2005. Essa área é a habitada pela Entrevistada “C” que mencionou claramente no seu relato essa grande valorização ocorrida num período de 14 anos, o mesmo tempo em que a entrevistada reside na região.

“(…) valorizou muito né valorizou muito, nós compramos esse lote aqui há quinze anos atrás pagamos sete mil reais na época, sete mil, hoje ta valendo uns trinta mil reais um lote aqui, quanto valoriza uma coisa tanto assim? (...) A é muito, muito mesmo, meu cunhado comprou depois que ele veio pra cá, tem seis anos, que ele está morando aqui, ele comprou aqui do lado, aqui de casa mais pra frente um pouquinho ali, pagou doze mil reais, hoje ta uns trinta e cinco mil um lote, tem seis anos só, quer dizer nossa rende muito melhor que na poupança, se for tirar o dinheiro que ta na poupança, ta valorizando muito e você vê gente passando de carro aqui, você sabe de tem algum lote aqui vendendo, todo final de semana se você fica na varanda ali todo mundo quer saber se tem algum lote pra vender, se ta vendendo algum lote”.

A clara valorização sentida por “C” através do mercado imobiliário reflete-se na valorização das áreas isótimas e como consequência se tem o aumento do valor do IPTU:

“(...) agora a prefeitura apesar de ter aumentado né o nosso IPTU outra vez, falaram que não ia aumentar né o IPTU o nosso IPTU aumentou muito (...)”.

A segunda área isótima mais valorizada foi a RE de Martelos que valorizou aproximadamente sete vezes mais do que o esperado. Área central do bairro em que está localizada a UFJF passou a sofrer grande especulação imobiliária com a construção da universidade. Nessa área reside a entrevistada “L” que nos descreveu esse processo de valorização através da sua experiência como moradora do bairro.

“(...) se não tivesse feito a universidade isso aqui tava bem atrasado, se não fosse a universidade, só que a vontade deles agora é ir tirando a gente daqui pra eles irem chegando como eu te falei na época que eles estavam fazendo a universidade eles quiseram comprar isso aqui, é firmas.”

A área isótima menos valorizada é a RE Caiçaras que se constitui como dois conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Ao contrário das outras áreas, a valorização de 1,7 representa que o valor ficou próximo ao esperado para a região no ano de 2005. Na figura 2 é possível visualizar o bairro Caiçaras I já que o Caiçaras II encontrava-se em fase de construção, sendo essa movimentação visível no mapa. No Caiçaras II é onde reside a entrevistada “T” que mudou para a região no ano de 2002 quando as casas começaram a ser entregues aos compradores.

Os demais entrevistados se localizam nas áreas isótimas RE São Pedro (“L.F” e “S”) e RE Adolfo Vireque (“M”). As áreas isótimas localizadas na parte comercial do bairro possuem valores mais altos em relação às áreas residenciais, sendo esse processo verificado em toda a cidade. Isso justifica áreas como RE Bosque do Imperador (Condomínio Residencial) terem valores do m² inferiores a de RE's de regiões comerciais, como RE São Pedro e Martelos.

Com base nos dados do CENSO de 2000 do IBGE, foi feita a tabela abaixo com os valores referentes ao setor censitário que contém a área isótima considerada. O menor nível de agregação de dados do CENSO é o setor censitário. Nele estão

contidas informações referentes aos domicílios permanentes. As áreas isotimas não possuem a mesma demarcação geográfica que a dos setores censitários, algumas áreas são menores e por isso os dados foram aproximados, o que não permite considerar os dados apresentados como espelho da realidade analisada e sim como dados indicativos.

Tabela 5. Número de domicílios com água encanada, com coleta de lixo, número de domicílios total Renda per capita e população por área considerada (1)

ÁREAS	RE'S	ÁGUA ENCANADA		COLETA DE LIXO		Número de domicílios	Renda Per capita	População
		Domicílios	%	Domicílios	%			
Aeroporto	73	275	93,9%	293	100,0%	293	378	1149
Santos Dumont	367	122	44,4%	124	45,1%	275	187	1069
Marilândia	368	2	0,9%	82	36,0%	228	177	795
Martelos	269	191	99,5%	192	100,0%	192	191	668
Adolfo Vireque	364	335	89,1%	372	98,9%	376	151	1389
São Pedro	191	197	90,8%	217	100,0%	217	301	759
Santana	415	225	99,1%	227	100,0%	227	331	813
Caiçaras	192	277	100,0%	242	87,4%	277	102	1004
Novo Horizonte	4	98	95,1%	103	100,0%	103	570	356
Bosque do Imperador	159	68	54,0%	116	92,1%	126	550	454

(1) Os dados da tabela são referentes ao setor censitário que contém a área isótima considerada

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

A cobertura do serviço de água via rede pública e coleta de lixo apresentam porcentagens que precisam ser ponderadas, principalmente porque esses dados dizem respeito ao ano de 2000. Na RE Caiçaras o serviço de água chega a 100% no ano de 2000, contudo a entrevistada “T”, moradora do Caiçaras II, não tinha esse tipo de serviço no ano de 2002 quando esse bairro começou a ser povoado.

A renda per capita média das áreas aponta que só na RE Caiçaras os moradores têm uma renda per capita alvo das atuais políticas sociais. Estamos considerando nessa análise o Programa Bolsa Família do Governo Federal que prevê a inserção de famílias em que a renda per capita seja de até R\$ 120,00. Esse dado não representa que somente essa área isótima tenha famílias legíveis para inserção nos programas sociais e sim que a média das rendas aponta essa área como sendo onde está a maior concentração de moradores com a menor renda per capita. O uso dos dados do setor censitário possui grandes limitações, pois concentram em um mesmo setor territórios diferenciados, principalmente em uma região como a Oeste de Juiz de Fora, em que a proximidade geográfica de realidades diferenciadas é grande. A figura 3 apresenta a proximidade de territórios altamente diferenciados. Os bairros demonstrados na figura, Condomínio Green Vile Residence e Jardim Casa Blanca, possuem diferença em questões como infraestrutura, renda per capita dos moradores e o preço do m² do solo o que produz um cenário urbanístico, social e econômico representativamente diferenciado.

Ribeiro (2006) alerta para a ilusão das estatísticas ou espetáculo gerado pela cartografia em que a “revolução técnica promete apresentar o 'real' em qualquer escala e a qualquer momento”. (Ribeiro, 2006, p. 14). A técnica possui limites e presencia-se um contentamento com o empírico na atualidade quando na verdade o necessário é a “formulação ousada de conceitos”. Por isso, os dados numéricos e cartográficos aqui apresentados assumem um sentido ilustrativo e servem de base para um investimento conceitual da estruturação urbana.

A estruturação urbana e o uso do solo são questões intrinsecamente ligadas. Para compreender a questão do uso do solo urbano, é preciso conhecer primeiramente a diferença de significância que possui a palavra valor. Ela pode referir-se tanto a utilidade de um objeto como o poder deste objeto de comprar outros bens. O primeiro sentido da palavra é designado como sendo “valor de uso” e o segundo “valor de troca”.

Segundo o método marxista, esses dois conceitos estabelecem uma relação dialética entre si, sendo esta relação que permite traçar as conexões entre “abordagens espaciais e econômicas do problema do solo”. Diante desta constatação, busca-se entender o uso do solo urbano residencial através do mercado de moradias¹. Neste mercado coexistem diversos grupos que o dinamizam atribuindo valores diferenciados de uso e de troca para o solo.

Os principais grupos que operam neste mercado, na opinião de Harvey (1980), são: “os usuários de moradia”, “corretores de imóveis”, “proprietários”, “os incorporadores”, “instituições financeiras”, e “instituições governamentais”. Os usuários de moradia têm como principal interesse alcançar valor de uso por meio do “arranjo” do valor de troca. Os corretores trabalham para obter o valor de troca, pois seus lucros estão condicionados à compra e venda de imóveis ou outro tipo de serviço realizado via esse mercado. Dessa maneira, os corretores desempenham a função de coordenadores passivos do mercado ou a função de encorajadores das atividades mercantis. Já os proprietários realizam transações nesse mercado, em sua maioria, objetivando valor de troca. Nesse grupo existem os proprietários que são motivados pelo valor de uso e os proprietários rentistas que encaram os serviços de moradia como meio de troca. Os rentistas contribuem com suas

¹O uso do solo residencial é evidenciado nessa análise devido às especificidades do objeto de investigação deste estudo.

estratégias para a “manipulação do estoque de moradias”.

Os incorporadores criam novos valores de uso para outros a fim de transformá-los em valor de troca para eles próprios. Esse grupo possui, na visão de Harvey (1980), um grande interesse aglutinado no processo de suburbanização, e em menor grau, nos procedimentos de reabilitação e redesenvolvimento. As instituições financeiras desenvolvem, tendo em vista financiamentos seguros e lucrativos, valor de uso para o solo através do controle de financiamentos. Em geral estas instituições buscam obter valores de troca mediante a concessão de financiamentos para criação ou aquisição de valores de uso.

As instituições governamentais operam no mercado com base na carência de valores de uso para os cidadãos consumidores de moradia. O governo intervém de forma direta no mercado de moradias quando provê, por exemplo, moradias públicas, mas é na forma indireta que se percebe a sua maior participação, que consiste em auxílios a instituições financeiras, incorporadores e setores da construção civil e também na isenção de impostos a estes na tentativa de aumentar e manter lucros ou diminuir os riscos de investimentos desses agentes privados no mercado de moradia.

Fica evidente a responsabilidade do Estado e dos outros grupos para a estruturação do solo urbano, moldando a partir de seus interesses e ações o desenho espacial da cidade. O valor de uso para um grupo é visto por outro como valor de troca, determinando visões diferenciadas acerca do uso do solo.

O ordenamento desses grupos no mercado de moradias e conseqüente estruturação da cidade é traçado principalmente pelo monopólio de classes. Harvey (1980) elucida a questão do monopólio nas seguintes palavras:

Há uma classe de consumidores de moradia que não tem nenhuma fiança de crédito e que não tem escolha senão alugar onde possam. Uma classe de proprietários surge para prover as necessidade desses consumidores mas, desde que os consumidores não tem escolha, os proprietários, como as classes, têm poder de monopólio. Proprietários individuais competem entre si, mas como classe eles possuem certo comportamento comum padronizado. (...) Os ricos, que estão plenos de escolha econômica, são mais capazes de escapar das conseqüências de tal monopólio, do que os pobres, cujas escolhas são muitíssimo limitadas. Por isso, chegamos à conclusão fundamental de que *o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele.* (Harvey, 1980, p. 146).

A constatação de tal monopólio pode também ser observada pela ocupação seqüencial do solo. Nessa forma de ocupação torna-se evidente que os primeiros a

chegarem ao mercado se servem melhor na partilha do solo urbano e, é claro, que os ricos se posicionam primeiro nessa distribuição por causa do poder de negociação advindo da posse de capital.

Devido à mutação de interesses sobre o uso do solo, surge uma flutuação das classes sobre ele que corresponde às mudanças operadas na estrutura da cidade. Essas alterações na ocupação do solo provocam impactos diferenciados sobre as classes. Os pobres e a classe média estão submetidos a mudanças contra sua vontade. A alta valorização do solo causada pela pressão especulativa leva à mudança dessas classes que só é revertida, no que se refere aos pobres, pela pressão social involuntária exercida por eles através “de todas aquelas patologias sociais associadas com a pobreza”.

Os ricos absorvem de forma diferenciada a reestruturação urbana, já que devido ao poder político-econômico que exercem conseguem permanecer no lugar em que estão, quando é de seu interesse. O contrário também acontece, deslocam-se para outras localidades significando, muitas das vezes, a expulsão de um grupo que ali reside, “espremendo”-os até que ocorra a total expulsão.

Os grupos pobres estão mais sujeitos às pressões especulativas que levam a sua expulsão. Esse processo de especulação que leva à “renovação urbana” foi descrito por Engels em 1872:

O crescimento das grandes cidades modernas dá ao solo, em certas áreas, particularmente naquelas que estão situadas no centro, um aumento de valor artificial e muitas vezes colossal; os edifícios levantados nessas áreas perdem seu valor, em lugar de aumentá-los, porque não se adaptam por muito tempo as circunstâncias modificadas. Eles são derrubados e substituídos por outros. Isso ocorre, sobretudo, como as casas de trabalhadores que estão situadas no centro e cujos aluguéis, mesmo com a maior concentração, não podem, ou somente muito devagar, aumentar acima de certo máximo. (...) O resultado é que os trabalhadores são expulsos do centro das cidades em direção aos subúrbios; essas habitações dos trabalhadores, em geral, tornam-se raras e caras, e muitas vezes totalmente inalcançáveis, porque nessas circunstâncias, a indústria da construção, a qual é oferecido um campo muito melhor para a especulação por casas mais caras, constrói casas para trabalhadores somente como exceção. (Engels apud Harvey, 1980, p. 149).

Nessa citação Engels evidencia dois grandes problemas: A expulsão dos trabalhadores de suas casas devido à impossibilidade de competição entre os valores dos aluguéis com o valor do solo altamente acrescido e à dificuldade de obterem novas residências pelas questões de rentabilidade da construção civil. Ao

primeiro problema gerado pela pressão especulativa, soma-se além dos descritos aos trabalhadores locatários, a expulsão dos trabalhadores proprietários que se vêem obrigados a vender sua propriedade diante do aumento de encargos para a sua manutenção.

No que se refere à questão da dificuldade de obter novas moradias, encontra-se o papel do Estado, que na ausência de rentabilidade para a construção civil se torna o agente que supre essa carência habitacional. As ações do Estado, vistas anteriormente, se aliam a outras, que contribuem para construir o novo cenário de ocupação dessa parcela da população que foi removida. Essas ações remetem às condições de infra-estrutura que agregam valor de uso para essa população, como é o caso do transporte. A falta destes investimentos nas novas alocações representa o decréscimo da qualidade de vida em geral dos trabalhadores removidos.

O processo de suburbanização é realizado não só pela expulsão diante da valorização do solo. Soma-se a esse processo o fenômeno de “ondas de impulso”. Tal fenômeno ocorre devido ao poder de retirada do solo da exploração econômica que determinados proprietários possuem, enquanto ela não proporcione ao proprietário um excedente. Aqui estamos falando de proprietários que se diferenciam dos trabalhadores anteriormente referidos. São proprietários que conseguem resistir e tirar proveito da pressão especulativa. Com a escassez gerada para produzir aumento no valor do solo, ocorre a demanda de aquisição da área externa a delimitada como central. Assim, “a demanda não satisfeita examina a parte de fora, lançando um valor incerto difuso sobre zonas exteriores. Esse valor incerto levanta os preços do solo de tal modo que o solo exterior é também valorizado alto para renovar seu uso atual”. (Harvey, 1980, p. 160).

Ao criar essas ondas de impulso para a periferia, se fortalece ainda mais a valorização central, já que a cidade se expande do centro para fora. Esse processo pode ser percebido claramente no município de Juiz de Fora se analisarmos a Planta de Valores desse município. O valor do IPTU continua sendo mais alto no centro, apesar de ocorrer a valorização de algumas regiões periféricas, como é o caso da região Oeste, que teve um aumento significativo no imposto nos últimos 20 anos.

Concluí-se que o uso do solo é realizado com base na relação dialética entre valor de uso e valor de troca do solo. Essa relação se dá com a participação de grupos diferenciados no mercado de moradia, que com suas ações acabam

construindo a estrutura espacial da cidade.

A espacialização das classes no território é assim definida por uma disputa de mercado, mas não só por ela. As relações constituídas no mercado são frutos da capacidade de organização das classes em fundar monopólios e exercer pressão política sobre os seus interesses. Trata-se de uma disputa pelo solo que se realiza dia-a-dia demonstrando a dinamicidade da ocupação territorial que reflete na construção da cidade. Nesse processo, a construção da cidade é a construção do lugar espacial da classe.